

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO MAIOR CONJUNTO**

2018/2019



TII

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA FACE ÀS NOVAS
AMEAÇAS DO TERRORISMO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Ricardo Filipe da Silva Cortinhas
MAJOR, INF GNR**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA FACE
ÀS NOVAS AMEAÇAS DO TERRORISMO**

MAJOR, INF GNR Ricardo Filipe da Silva Cortinhas

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Pedrouços 2019



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA FACE
ÀS NOVAS AMEAÇAS DO TERRORISMO**

MAJOR, INF GNR Ricardo Filipe da Silva Cortinhas

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCOR, INF GNR Gonçalo Nuno Silva Gonçalves de Carvalho

Coorientador: TCOR, CAV GNR Marco Paulo Rodrigues Gonçalves

Pedrouços 2019



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Ricardo Filipe da Silva Cortinhas**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**O papel da Guarda Nacional Republicana face às novas ameaças do terrorismo**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **CEMC 2018/2019** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **13 de maio de 2019**

Ricardo Filipe da Silva Cortinhas



Agradecimentos

São devidos a todos aqueles que contribuíram para a realização desta investigação, pelo que reservo esta página para manifestar o meu profundo agradecimento a todos quantos colaboraram, acompanharam, acreditaram e incentivaram a realização dos trabalhos.

A minha primeira palavra de gratidão é dirigida ao Tenente-Coronel GNR Gonçalo Carvalho, distinto orientador desta investigação, pela total disponibilidade manifestada desde o primeiro momento, amizade, compreensão e incentivo ao longo da realização dos trabalhos. O meu profundo reconhecimento e agradecimento, sendo certo que estas palavras ficam aquém da gratidão que sinto.

A todas as entidades entrevistadas, as quais demonstraram total disponibilidade e interesse em contribuir através da partilha de conhecimento e experiência, que foram fundamentais para melhor esclarecimento do assunto em estudo e sem as quais não teria sido possível realizar esta investigação: Coronel Lemos Pires, Capitão Tiago Silva, Dr. Filipe Pathé Duarte, Dr.^a Filipa Marina Soares, Dr. Nuno Rogeiro, Tenente-Coronel Rogério Copeto, Tenente-Coronel Paulo Poiares, Major Pedro Ramos, Superintendente Hugo Guinote, Superintendente Valente Dias, Coronel Jorge Bolas, Tenente-Coronel Duarte da Graça, Tenente-Coronel Ricardo Bessa e Tenente-Coronel António Quadrado.

Aos meus camaradas de curso, sem exceção, agradeço a partilha diária de bons momentos, que ficarão para a vida, e o apoio para superar as dificuldades.

De forma especial, agradeço aos camaradas de curso da Guarda Nacional Republicana, que me fizeram sentir integrado e apoiado em todos os momentos.

Por fim, o maior dos agradecimentos à minha Mãe, pelo apoio incondicional, e à minha Filha, Ana João, que perante a minha constante indisponibilidade sempre demonstrou inesgotável compreensão, apoio, carinho e paciência.

Dedico ainda este trabalho à memória de meu Pai!

A todos, bem hajam!



Índice

Introdução	1
1. Enquadramento teórico e metodológico	5
1.1. Revisão de Literatura	5
1.2. Base Concetual	5
1.2.1. Terrorismo, Radicalização e Policiamento comunitário	5
1.2.2. A GNR na estrutura orgânica da segurança interna	9
1.2.3. Os processos de radicalização	10
1.2.4. Programas de Prevenção da Radicalização na União Europeia	12
1.2.5. O policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias	14
1.3. Enquadramento metodológico	18
1.3.1. Metodologia	18
1.3.2. Percurso da investigação	19
2. Apresentação, análise e discussão dos resultados	21
2.1. Análise e discussão de resultados	22
Conclusões.....	29
Bibliografia.....	33

Índice de Apêndices

Apêndice A —	Arquitetura do Sistema de Segurança Interna	Apd A-1
Apêndice B —	<i>Radicalisation Awareness Network (RAN) Working Groups</i>	Apd B-1
Apêndice C —	Modelos de Radicalização.....	Apd C-1
Apêndice D —	Modelo de Análise	Apd D-1
Apêndice E —	Guião da Entrevista	Apd E-1
Apêndice F —	Codificação e análise de conteúdo das entrevistas	Apd F-1

Índice de Figuras

Figura 1 - Sistema de Segurança Interna	Apd A-1
Figura 2 - Composição da UCAT	Apd A-2
Figura 3 - Modelo de Radicalização de Moghaddam.....	Apd C-1
Figura 4 - Processo de radicalização no Ocidente, segundo Silber & Bhatt	Apd C-4



Figura 5 - Diagrama de Wiktorowicz para adesão a um grupo religioso radical Apd C-5

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Resultados da questão n.º 1	22
Tabela 2 - Resultados da questão n.º 2	22
Tabela 3 - Resultados da questão n.º 3	23
Tabela 4 - Resultados da questão n.º 4	24
Tabela 5 - Resultados da questão n.º 5	24
Tabela 6 - Resultados da questão n.º 6	25
Tabela 7 - Resultados da questão n.º 7	25
Tabela 8 - Resultados da questão n.º 8	26
Tabela 9 - Resultados da questão n.º 9	26
Tabela 10 - Resultados da questão n.º 10	27
Tabela 11 - Resultados da questão n.º 11	28

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modelos do processo de radicalização	11
Quadro 2 - Painel de entrevistados	21
Quadro 3 - Modelo de Análise	Apd D-1
Quadro 4 - Guião da Entrevista	Apd E-1
Quadro 5 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta.....	Apd F-1
Quadro 6 - Análise de conteúdo das entrevistas e segmentos de resposta	Apd F-2



Resumo

A radicalização e recrutamento de indivíduos por parte de grupos terroristas, como o *Daesh*, é um problema securitário atual e global, sendo a prevenção da radicalização jihadista fundamental para a evitar que os jovens enveredem pelo terrorismo e impedir o aparecimento de uma nova geração de terroristas.

Esta investigação tem como objeto de estudo o policiamento comunitário efetuado pela GNR, sendo objetivo geral analisar a forma como a GNR, através do policiamento comunitário, pode contribuir para prevenir a radicalização jihadista. Assim, analisamos o posicionamento da GNR no Sistema de Segurança Interna, no âmbito da prevenção do Terrorismo, explicamos os processos de radicalização, descrevemos programas europeus de prevenção da radicalização e analisamos o papel do policiamento comunitário enquanto medida de prevenção de fenómenos criminais.

A metodologia utilizada assenta no raciocínio indutivo, apoiado numa estratégia qualitativa, baseando-se a recolha de dados na análise documental de fontes nacionais e europeias e no recurso à técnica de entrevista.

Concluímos que o policiamento comunitário desenvolvido pela GNR resulta numa inigualável capacidade de recolha e produção de informações, essenciais para detetar e sinalizar situações concretas de radicalização, não sendo consensual que a prevenção da radicalização se possa constituir como um programa específico de policiamento comunitário.

Palavras-chave

Guarda Nacional Republicana, Terrorismo, Radicalização, Prevenção, Policiamento Comunitário



Abstract

The radicalization and recruitment of individuals by terrorist groups, such as Daesh, is a current and global security problem, and the prevention of jihadi radicalization is fundamental to preventing young people from engaging in terrorism and preventing the emergence of a new generation of terrorists.

The purpose of this research is to study the community policing carried out by the GNR, with overall goal to analyze how the GNR through community policing can contribute to preventing jihadist radicalization. Thus, we analyze the position of the GNR in the Internal Security System, in the scope of the prevention of terrorism, explain the processes of radicalization, describe European preventing radicalization programs and analyze the role of community policing as a crime prevention measure.

The methodology used is based on inductive reasoning, supported by a qualitative strategy, and data collection is based on documentary analysis of national and European sources and the use of interview technique.

We conclude that the community policing developed by GNR results in an unequalled ability to collect and produce information, essential to detect and signal concrete situations of radicalization, and it is not agreed that the prevention of radicalization can constitute a specific program of community policing.

Keywords

Republican National Guard, Terrorism, Radicalization, Prevention, Community Policing



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

CE	Comunidade Europeia
CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto
CoPPRa	<i>Community Policing Preventing Radicalization & Terrorism</i>
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSSI	Conselho Superior de Segurança Interna
EAUE	Estratégia Antiterrorista da União Europeia
ENCT	Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GCS	Gabinete Coordenador de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
LOGNR	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
LSI	Lei de Segurança Interna
OG	Objetivo Geral
OE	Objetivo Específico
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAPREVRT	Plano de Ação de Prevenção da Radicalização e dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo
PEPP	Programas Especiais de Policiamento de Proximidade
PJ	Polícia Judiciária
PM	Primeiro Ministro
PSP	Polícia de Segurança Pública
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RAN	<i>Radicalisation Awareness Network</i>
RAN CE	<i>RAN Centre of Excellence</i>
RAN POL	<i>Police and Law Enforcement Working Group</i>
RAN WG	<i>RAN Working Groups</i>
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SG-SSI	Secretário Geral do Sistema de Segurança Interna
SI	Segurança Interna



SIS	Sistema de Informações de Segurança
SSI	Sistema de Segurança Interna
TII	Trabalho de Investigação Individual
TE-SAT	<i>European Union Terrorism Situation and Trend Report</i>
UCAT	Unidade de Coordenação Antiterrorismo
UE	União Europeia



Introdução

Os ataques terroristas ou a sua ameaça têm sido uma presença constante na agenda securitária mundial, constituindo-se o dia 11 de setembro de 2001 como a mudança do paradigma securitário. É exatamente a partir deste acontecimento que a palavra *jihadismo* começou a ser mais utilizada (Heleno, 2017), trazendo para o palco internacional o terrorismo jihadista de matriz religiosa islamista.

A radicalização e recrutamento de indivíduos por parte de grupos terroristas é um problema securitário global, assumindo hoje em dia uma importância vital. A *Al Qaeda* e o *ad-Dawlat al-Islāmiyah fī al-‘Irāq wa sh-Shām (Daesh)*¹ são as organizações terroristas de índole jihadista mais conhecidas. São do conhecimento geral os fenómenos de radicalização de combatentes estrangeiros, entre os quais portugueses, conducentes à adoção de ideologias assentes no extremismo violento.

Tendo em conta a crescente preocupação por parte da União Europeia (UE) sobre este assunto, têm sido elaborados e implementados, a nível europeu e nacional, diversos documentos estratégicos que visam o combate do terrorismo e a prevenção da ocorrência de incidentes desta natureza, como sejam a Estratégia Antiterrorista da UE (EAUE) ou a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT). A fim de evitar que os jovens enveredem pelo terrorismo e de impedir o aparecimento de uma nova geração de terroristas (Estratégia Antiterrorista da UE, 2005), a UE aprovou também uma estratégia para a luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo (a Estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo).

Decorrente dos normativos europeus, a ENCT enuncia as linhas orientadoras para a mobilização, coordenação e cooperação de todas as estruturas nacionais com responsabilidade no domínio do combate à ameaça terrorista, sendo um dos pilares da ENCT o “Prevenir”, que consiste em “conhecer e identificar as causas que determinam o surgimento de processos de radicalização, de recrutamento e de atos terroristas” (Resolução de Conselhos de Ministros nº 7-A/2015, de 19 de fevereiro, 2015).

Na prossecução deste objetivo assume especial relevo o Sistema de Segurança Interna (SSI) português, através das Forças e Serviços de Segurança (FSS). Para Valente (2013, p.

¹ Acrónimo do autoproclamado Estado Islâmico, que significa Estado Islâmico do Iraque e do Levante. Opta-se pelo acrónimo “*Daesh*” pois retira o peso simbólico ao termo “Estado Islâmico”. Como defende Azeredo Lopes, professor universitário de Direito Internacional Público e antigo Ministro da Defesa Nacional, sendo uma organização que existe essencialmente para nos destruir, não deve ser promovida, não se lhe reconhecendo o estatuto de Estado (estatuto mais nobre do direito internacional), nem o estatuto de representação islâmica, que não pode ser corporizado por uma associação de bandidos, assassinos e terroristas (Baldaia, 2015).



58), a “atividade de segurança interna promovida pelas FSS desenvolve-se com a prevenção da prática de atos que afetem a segurança interna”, pelo que a prevenção da radicalização e do recrutamento de novos terroristas se pode perfeitamente enquadrar nesta definição.

A Guarda Nacional Republicana (GNR), força de segurança que integra o SSI e com grande dispersão territorial, constitui-se como uma força especialmente preparada para prevenir a ocorrência de fenómenos criminais, sendo responsável pelo policiamento de locais com grandes desigualdades sociais. Segundo Pires (2016, p. 44), “o terrorismo e o radicalismo jihadista em geral alimentam-se e expandem-se em meios permissivos, onde abundam as desigualdades sociais ou existem elevados índices de desemprego”, pelo que a GNR, servindo a população de uma forma próxima, humana e de confiança, pode desempenhar um papel importante na prevenção da radicalização jihadista.

Decorrente desta proximidade e confiança com as comunidades, a GNR desenvolve, desde 2018, o modelo de Policiamento Comunitário, procurando “novas parcerias entre as pessoas e a polícia, fundamentando-se na ideia de que a polícia e a comunidade têm que trabalhar em conjunto para identificar e definir as prioridades e encontrar soluções para os problemas da atual sociedade” (GNR, 2018). Este modelo de policiamento apresenta resultados positivos ao nível da prevenção criminal, sendo realçadas por diversos autores as suas potencialidades como ferramenta para a prevenção do terrorismo (Gomes, 2017).

Apesar do pseudocalifado do *Daesh* ter sido praticamente desmantelamento, o que está a ocorrer na atualidade certamente será uma etapa de retirada provisória forçada por uma coligação militar muito mais poderosa, sendo previsível que surja imediatamente uma nova onda terrorista, com alguém disposto a assumir o terrorismo jihadista (Villaverde, 2018).

Focando-nos na realidade portuguesa, o desmantelamento do *Daesh* criou um problema associado ao possível regresso a Portugal de cidadãos portugueses com ligações aos jihadistas, como são exemplo duas cidadãs portuguesas retidas na Síria, depois de capturadas por forças curdas ao grupo terrorista, ao qual se terão juntado involuntariamente por seguirem familiares. Segundo Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, “não queremos em Portugal pessoas que possam constituir uma ameaça ao modo de vida, aos valores e às pessoas dos portugueses” (Lusa, 2019). O regresso de pessoas envolvidas diretamente com o *Daesh* pode potenciar o fenómeno da radicalização jihadista.

De salientar ainda a acusação pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal, em março de 2018, de um indivíduo, pertencente ao *Daesh*, que procedia em Portugal,



preferencialmente junto do Centro Português de Refugiados, à radicalização jihadista e ao recrutamento de jovens marroquinos para integrarem aquela organização terrorista.

Assim, a problemática da radicalização jihadista apresenta-se pertinente e atual, devendo a mesma ser mantida sob apertada vigilância, pelo que se decidiu limitar a presente investigação ao seguinte subtema: “O papel da Guarda Nacional Republicana face às novas ameaças do terrorismo: o policiamento comunitário na prevenção da radicalização jihadista”.

Neste sentido, o objeto de estudo desta investigação é o policiamento comunitário efetuado pela GNR, enquanto medida de prevenção da radicalização jihadista.

A investigação será delimitada nos domínios de tempo, espaço e conteúdo (Santos, et al., 2016). Em termos temporais, foi considerado o período pós - 11 de setembro de 2001 até à atualidade, uma vez que é neste período que o terrorismo jihadista surge no panorama securitário internacional. Em termos espaciais, aborda-se o tema do ponto de vista nacional, considerando o território onde a GNR desenvolve a sua atividade. Quanto ao conteúdo, a investigação foca-se no papel da GNR no SSI português e no policiamento comunitário que desenvolve em território nacional, ancorando esta abordagem em estratégias europeias.

Na senda, o objetivo geral (OG) desta investigação é analisar a forma como a GNR, através do policiamento comunitário, pode prevenir a radicalização jihadista.

Para ser possível alcançar o objetivo geral da investigação, torna-se necessário atingir os seguintes objetivos específicos (OE):

OE 1 - Explicar o papel da GNR no combate ao terrorismo, no Sistema de Segurança Interna português;

OE 2 - Explicar o processo de radicalização jihadista;

OE 3 - Descrever programas europeus de prevenção da radicalização jihadista;

OE 4 - Analisar o papel do policiamento comunitário enquanto medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias;

A questão central (QC) desta investigação é a seguinte: “De que forma o policiamento comunitário efetuado pela GNR se pode constituir como uma medida de prevenção da radicalização jihadista em Portugal?”.

A partir do OG e respetivos OE, atendendo à QC, foram elencadas as seguintes questões derivadas (QD):

QD 1 - Qual o posicionamento da GNR no Sistema de Segurança Interna, no âmbito da prevenção do Terrorismo?

QD 2 - De que forma ocorre a radicalização jihadista de um indivíduo no Ocidente?



QD 3 – Que tipo de programas de prevenção da radicalização jihadista existem na União Europeia?

QD 4 - De que forma o policiamento comunitário se pode constituir como uma medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias?

O percurso de investigação desenvolveu-se em função das questões identificadas (central e derivadas), que assumem um papel orientador de todo o processo.

O estudo a desenvolver pretende assumir uma tipologia de investigação aplicada, seguindo-se, no desenvolvimento da investigação, uma metodologia de raciocínio indutiva, assente numa estratégia de investigação qualitativa substanciada num desenho de pesquisa de estudo de caso (Santos, et al., 2016).

A presente investigação, orientada pelo objeto de estudo, foi repartida em três etapas, sob a forma de dois capítulos e conclusões finais. No capítulo 1, identificam-se os conceitos que permitiram enquadrar e delimitar a investigação, e enquadrar o estudo nos aspetos essenciais referentes ao enquadramento metodológico. Neste sentido, numa primeira parte, definem-se os conceitos base da investigação (Terrorismo, Jihadismo, Radicalização, Policiamento Comunitário), procura-se explicar o posicionamento da GNR no SSI, no âmbito da prevenção do Terrorismo, explica-se como ocorre a radicalização jihadista de um indivíduo no Ocidente, apresentam-se programas de prevenção da radicalização jihadista que existem na UE, e, por fim, analisa-se o papel do policiamento comunitário enquanto medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias. Depois, numa segunda fase, apresenta-se o modelo de análise da presente investigação e explica-se a metodologia de investigação utilizada. No capítulo 2, efetua-se a apresentação, análise e discussão dos dados obtidos no trabalho de campo, cruzando-os com a análise documental desenvolvida no capítulo anterior. Nas conclusões, apresentam-se as reflexões finais da investigação, apontando respostas para a problemática em estudo, identificando constrangimentos e propostas de investigação futura.



1. Enquadramento teórico e metodológico

O primeiro capítulo apresenta os conceitos que resultam do processo de revisão da literatura, o que possibilita identificar o contexto e a base concetual onde se enquadra a investigação, bem como descreve o modelo de análise adotado e a metodologia utilizada na condução desta investigação.

1.1. Revisão de Literatura

Na fase exploratória da presente investigação, pretendeu-se efetuar uma revisão preliminar da literatura que permita uma ancoragem concetual, nomeadamente obras literárias, publicações periódicas de referência e trabalhos de investigação que abordam os conceitos basilares como terrorismo, radicalização e policiamento comunitário. A existência de vasta literatura relacionada com as temáticas atrás referidas, permitiu construir o ponto de partida para as entrevistas exploratórias efetuadas, que possibilitaram conhecer as preocupações sobre as temáticas em estudo, mas também o estado de implementação de alguns dos instrumentos de prevenção da radicalização jihadista que se pretendem estudar neste trabalho, nomeadamente em Portugal e mais particularmente na GNR. Por outro lado, o recurso a fontes primárias, nomeadamente normativos jurídicos reguladores daquelas temáticas e documentos estratégicos nacionais e da UE, permitiu descrever o enquadramento legal que suporta a atuação da GNR no âmbito da Segurança Interna (SI) e na prevenção da radicalização jihadista.

1.2. Base Concetual

1.2.1. Terrorismo, Radicalização e Policiamento comunitário

Para um melhor entendimento da presente investigação, é importante proceder à definição de alguns conceitos, designadamente aqueles que integram o título do presente trabalho: terrorismo, jihadismo, radicalização e policiamento comunitário.

Existem várias definições de terrorismo, sem que nenhuma consiga abranger todas as variedades de terrorismo que surgiram ao longo da história (Laqueur, 2012, p. 7).

Para a Organização das Nações Unidas (ONU), o terrorismo engloba atos criminosos, incluindo contra civis, cometidos com a intenção de causar a morte ou danos físicos graves, ou tomada de reféns, com o objetivo de provocar um estado de terror no público em geral, ou num grupo de pessoas, ou em pessoas em particular, intimidar a população ou forçar um governo ou uma organização internacional a fazer ou deixar de fazer qualquer ação que constitua uma ofensa no âmbito de e conforme definido nas convenções e protocolos internacionais relacionados com o terrorismo, que não podem, em caso algum, ser



justificados por considerações de natureza política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou outra semelhante (ONU, 2004).

Por sua vez, a UE, de acordo com a Decisão-Quadro 2002/475/JAI, de 13 de junho de 2002, no seu artigo 1.º, considera infrações terroristas os “atos intencionais que pela sua natureza ou pelo contexto em que foram cometidos, sejam suscetíveis de afetar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu ator os pratique com o objetivo de: intimidar gravemente uma população, ou constranger indevidamente os poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou abster-se de praticar qualquer ato, ou desestabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional” (Decisão Quadro do Conselho 2002/475/JHA, de 13 de junho, 2002, p. 4).

Já a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) define o terrorismo como o “uso ilegítimo ou a ameaça de uso da força ou violência contra indivíduos ou bens na tentativa de coagir ou intimidar governos ou sociedades a atingir objetivos políticos, religiosos ou ideológicos” (OTAN, 2016).

No plano nacional, de acordo com a transposição e adaptação das normas europeias na legislação portuguesa, a Lei de Combate ao Terrorismo (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto), define no artigo 2.º os atos de terrorismo como os que “visem prejudicar a integridade e a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições do Estado previstas na Constituição, forçar a autoridade pública a praticar um ato, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral” (Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, 2003).

Embora existam imensas definições de terrorismo, verifica-se “entre os académicos um razoável entendimento sobre alguns traços nucleares do terrorismo: (i) violência ou a ameaça de violência estão sempre presentes; (ii) o terrorismo procura criar um clima de medo, obter efeitos psicológicos para além das vítimas diretas; (iii) o terrorismo persegue objetivos políticos” (Pereira, 2016, p. 54).

Na presente investigação interessa o designado terrorismo de matriz islamista, de inspiração Salafista-jihadista, dado “os extremistas políticos que acreditam na justeza da causa que defendem referirem-se às suas guerras terroristas ou de guerrilhas como *jihad*” (Elias, 2010, p. 71).

Depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, a palavra *jihad* entrou no vocabulário corrente. A raiz “j-h-d”, de onde se origina, tem o significado geral de “esforço” ou “luta”.



Com significado religioso, o *jihad* pode incluir uma luta contra as tentações (“*jihad* do coração”, “*jihad* da alma”), e pode significar também a defesa da moralidade (“comandar o bem e proibir o mal”). A noção de *jihad* desenvolvida pelos juristas islâmicos é de “guerra com significado espiritual (*jihad* no caminho de Deus) (Cherem, 2013).

O movimento jihadista está enquadrado por vários grupos de muçulmanos: Islamitas (muçulmanos que pretendem que a lei islâmica seja a principal fonte da lei do Estado e desejam uma identidade cultural própria), Salafistas (muçulmanos sunitas que pretendem estabelecer e governar um Estado islâmico, que não defendem a violência para alcançar o desejo de um Estado onde impere a lei islâmica), e os jihadistas (os “guerreiros sagrados”, os terroristas que fazem parte do movimento salafista mas que defendem veemente a violência) (Silva, 2015).

O jihadismo será então a designação atribuída aos “muçulmanos sunitas que utilizam a violência como forma de alcançar a vigência da sua política” (Duarte, 2015). Já Benichou, Khosrokhavar e Migaux (2015) designam o jihadismo como uma ideologia extremista que tem a sua fonte de inspiração explícita no Islão e que usa essa religião para realizar ações violentas.

Segundo o relatório “*European Union Terrorism Situation and Trend Report*” (TESAT), da Europol, o terrorismo jihadista é perpetrado por indivíduos, grupos, redes ou organizações que evocam a sua interpretação muito particular do Islão para justificar as suas ações. Sob a designação “terrorismo jihadista”, aquele relatório descreve o “terror infligido por grupos e indivíduos que, baseados em textos sagrados seletivamente escolhidos, exemplos históricos mitológicos, teorias conspiratórias, preconceitos, com sentimentos antiocidentais, antissemitismo e homofobia, cometem crimes contra a população em geral, incluindo companheiros muçulmanos, em nome do Islão” (Europol, 2016). De entre as organizações terroristas jihadistas destacam-se a *Al Qaeda* e o *Daesh*, organização à qual estão associados fenómenos recentes de radicalização de combatentes estrangeiros.

No seguimento da investigação, importa abordar o conceito de “radicalização”. A radicalização não se restringe ao terrorismo “religioso”, não existindo uma definição universalmente aceite (Schmid, 2013).

Após os ataques em Madrid (2004) e Londres (2005), o fenómeno da radicalização jihadista ganhou importância acrescida no contexto europeu.

A radicalização jihadista pode ser descrita como um “processo de transformações, durante as quais um grupo/indivíduo passa por alterações ideológicas e/ou comportamentais



conducentes à rejeição dos princípios democráticos e à exigência de mudanças a nível sociopolítico, socioeconómico e cultural, envolvendo a possibilidade de utilização de violência, de modo a atingir objetivos políticos” (Ashour, 2009, cit. Costa & Pinto, 2012).

Uma definição mais restrita, define aquele conceito como o “processo através do qual os muçulmanos se envolvem em atividades terroristas, sendo o fator crucial a intenção e a capacidade para participar nesses atos” (Costa & Pinto, 2012).

A Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) considera a radicalização terrorista como “o processo através do qual um indivíduo acaba por aceitar como possível, ou até mesmo legítimo, o recurso à violência como metodologia de ação” (OSCE, 2014).

Por sua vez, a radicalização violenta será “o fenómeno através do qual as pessoas adotam opiniões, pontos de vista e ideias que podem conduzir à realização de atos de terrorismo” (CoPPRa, 2013).

Por fim, o *US Department of Homeland Security* entende a radicalização violenta como o processo de adoção de um sistema de crença extremista, incluindo a disposição de usar, apoiar ou facilitar a violência, como um método para efetuar mudanças sociais (Schmid, 2013).

A presente investigação pretende analisar o modo como o policiamento comunitário efetuado pela GNR se pode constituir como uma estratégia de prevenção da radicalização jihadista. Assim, importa por último proceder à ancoragem conceptual do policiamento comunitário.

O modelo de policiamento inicialmente adotado em Portugal assentava na designação “policiamento de proximidade”, sendo que desde 2018 a GNR começou a desenvolver o “Policiamento Comunitário”. A diferente designação dos modelos não afeta a sua essência, baseando-se ambos nas relações de cooperação que a polícia desenvolve com o público, procurando-se desenvolver a empatia e confiança entre os polícias e os cidadãos.

Embora difícil de definir com precisão, o policiamento comunitário trata do envolvimento da polícia com a comunidade, através da reestruturação das organizações policiais e da alteração das atividades diárias dos polícias operacionais (Sgrave & Ratcliffe, 2004). Pode ser definido como uma filosofia e estratégia organizacional que promove a colaboração, baseada em parcerias, entre a polícia e a comunidade, para mais eficaz e eficientemente identificar, prevenir e resolver os problemas de criminalidade e desordem social, a fim de melhorar a qualidade de vida de todos (OSCE, 2014).



O policiamento comunitário é uma estratégia organizacional que requer interações próximas entre a polícia e o público em relação às prioridades do policiamento (Casey, 2010). A premissa central é que o nível de participação da comunidade no aumento da segurança e na resolução da criminalidade relacionada com a comunidade, deve aumentar, já que a polícia não pode completar essa tarefa por conta própria (CoPPRa, 2013).

Assim, a polícia deve estar melhor integrada na comunidade, fortalecer a sua legitimidade por meio do policiamento por consentimento e melhorar os seus serviços ao público. As FSS devem aumentar a sua visibilidade e capacidade de inserção na vida das comunidades, conhecer e serem conhecidas pelas populações, ouvir as suas preocupações e responder às suas necessidades, permitindo uma mais eficaz atividade de prevenção (CoPPRa, 2013).

1.2.2. A GNR na estrutura orgânica da segurança interna

O atual sistema de segurança interna português resulta de sucessivas reformulações e adaptações, estruturais e conjunturais, visando o cumprimento das políticas públicas de segurança delineadas e a coordenação entre os diferentes atores que o integram, procurando fundamental garantir a segurança do Estado e dos seus cidadãos (Matos, 2016, p. 71).

Compete à Polícia “defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, de acordo com o previsto no artigo (art.º) 272.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP). A Lei de Segurança Interna (LSI), decretada pela Assembleia da República a 12 de junho de 1987 e alterada pela Lei nº 53/2008, de 29 de agosto, define os princípios e os objetivos da segurança interna, a coordenação da sua execução e refere quais as forças e serviços com funções de segurança.

As medidas previstas na LSI “destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo (...)” (art.º 1.º, n.º 3 da LSI).

Compete às FSS exercer a atividade de segurança interna, nomeadamente a GNR, a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Judiciária (PJ), o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e o Serviço de Informações de Segurança (SIS) (art.º 25.º, n.º 2 da LSI).

A arquitetura do SSI (ver Apêndice A) é definida pela LSI, sendo órgãos do SSI o Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI), o Secretário-Geral (SG-SSI) e o Gabinete Coordenador de Segurança (GCS) (art. 11.º da LSI), os quais atuam sob dependência direta do Primeiro-Ministro (PM).



A GNR está representada no CSSI e no GCS, através do seu Comandante Geral, logo é parte integrante e fundamental do SSI, com as responsabilidades atribuídas por lei.

Por Despacho do PM, a 25 de fevereiro de 2003, foi criada a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), prevista no art.º 23.º da LSI, a qual reforçou o SSI então em vigor.

O Decreto Regulamentar n.º 2/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 23.º da LSI, veio regular a organização e o funcionamento da UCAT, a qual é composta por representantes de diversas entidades, nomeadamente um representante do Comandante-Geral da GNR (ver composição e competências no Apêndice A).

As FSS, nomeadamente a GNR, são apresentadas como órgãos executivos do SSI, garantindo o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Para Valente (2013, p. 58) , a “atividade de segurança interna promovida pelas FSS desenvolve-se com a prevenção da prática de atos que afetem a segurança interna”.

De acordo com a Lei Orgânica da GNR (LOGNR) (Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro), a GNR é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas, tendo por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e proteção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei.

É atribuição da GNR “prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança” (art.º 3.º, n.º 1, al. c) da LOGNR). Responsável pelo policiamento de cerca de 94% do território nacional (86.597.4 Km²), no qual residem cerca de 53,8% da população portuguesa (5.756.027 habitantes) (GNR, 2017), a GNR tem “acesso a um manancial de informação que, uma vez processada, integrada e analisada poderá constituir uma mais-valia no apoio ao processo de decisão, quer no âmbito da prevenção, quer na resposta e gestão de incidentes terroristas (Matos, 2016), constituindo-se assim como uma força de segurança especialmente preparada para prevenir a ocorrência de fenómenos criminais, nomeadamente fenómenos relacionados com o terrorismo.

Como foi possível constatar, a GNR é então uma força de segurança que integra o SSI português, estando presente nos seus diferentes órgãos (CSSI e GCS) e na própria UCAT, o que lhe atribui competência para desenvolver atividades de prevenção do terrorismo.

1.2.3. Os processos de radicalização

O processo de radicalização é complexo e dinâmico, sendo influenciado por múltiplas causas e fatores, e por isso é heterogéneo e varia de indivíduo para indivíduo (Faria, 2013).



Os caminhos que constituem o processo de radicalização são múltiplos, podem ser independentes, mas geralmente reforçam-se mutuamente (Out, 2013).

A radicalização geralmente verifica-se em indivíduos frustrados com as suas vidas, com a sociedade ou com as políticas dos seus governos. Mas é necessária uma combinação de fatores para explicar o surgimento de jovens muçulmanos (homens e mulheres) dispostos a realizar ataques terroristas, matando outros e até a si mesmos (Precht, 2007).

No mundo académico são inúmeros os modelos conceituais que procuram explicar o processo de radicalização, sendo o mesmo caracterizado por diferentes etapas e características distintas. Para explicar o processo de radicalização, Moghaddam (2005) utilizou a metáfora de uma escadaria, composta por um piso térreo e cinco andares superiores, que leva ao ato terrorista no topo de um edifício. O modelo de radicalização de Sageman (2007) consiste em quatro pilares, que não são estágios de um processo, nem ocorrem sequencialmente. O modelo de Silber e Bhatt (2007) assenta em quatro etapas distintas e com características específicas do processo de radicalização. Por fim, o modelo de Wiktorowicz (2004) identifica quatro processos-chave que aumentam a probabilidade de um indivíduo ser atraído para um grupo islâmico radical e, eventualmente, persuadido a participar.

De seguida, explicam-se as fases destes modelos conceituais de forma sucinta, encontrando-se explanados com mais pormenor no Apêndice B.

Quadro 1 - Modelos do processo de radicalização

MODELOS	FASES
Modelo de Moghaddam	<ul style="list-style-type: none">(i) Andar térreo: pessoas insatisfeitas e descontentes com a sociedade sobem ao primeiro andar em busca de soluções;(ii) Primeiro andar: procuram-se formas de melhorar a situação pessoal e alcançar maior justiça;(iii) Segundo andar: aqueles que mantêm a raiva e a frustração são influenciados por líderes para deslocar a sua agressão para um “inimigo”;(iv) Terceiro andar: os indivíduos começam a ver o terrorismo como uma estratégia justificada e os mais comprometidos com a moralidade das organizações terroristas estão prontos para o recrutamento como terroristas ativos;(v) Quarto andar: ocorre o recrutamento para organizações terroristas, sendo as mesmas vistas como legítimas;(vi) Quinto andar: indivíduos específicos são selecionados, treinados, equipados e enviados para realizar atos terroristas (Moghaddam, 2005).
Modelo de Sageman	<ul style="list-style-type: none">(i) Primeiro pilar: sentimento de indignação moral contra uma situação ou um evento, entendidos como injustos (v.g. humilhação de muçulmanos em Abu Graib e Guantánamo) e que devem ser corrigidos;(ii) Segundo pilar: a interpretação do mundo e das injustiças leva os jovens a acreditar que o Islão está sob ameaça e que é preciso defendê-lo;(iii) Terceiro pilar: uma determinada situação pessoal (v.g. morte de um familiar, perda de emprego) leva a revolta moral e o ataque ao Islão a adquirir significado e a refletir-se no próprio indivíduo;(iv) Quarto pilar: corresponde à adesão a um grupo terrorista jihadista (Sageman, 2007).



Modelo de Silber e Bhatt	<ul style="list-style-type: none">(i) Pré-Radicalização: descreve-se o mundo de um indivíduo e procura-se demonstrar que existem fatores facilitadores e traços comuns nos que adotam a ideologia do islamismo jihadista-salafista (v.g. jovens muçulmanos, pertencentes a uma classe média, empregados, sem cadastro);(ii) Autoidentificação: indivíduo afasta-se da sua antiga identidade e inicia uma “busca religiosa”, tornando-se mais recetivo a novas visões do mundo;(iii) Doutrinação: indivíduo adota totalmente a ideologia jihadista-salafista e aceita a visão político-religiosa que justifica e legitima a violência contra não-islâmicos;(iv) Jihadização: indivíduo adere a um grupo e aceita o dever individual de participar na “jihad” (Silber & Bhatt, 2007).
Modelo de Wiktorowicz	<ul style="list-style-type: none">(i) Abertura cognitiva: um indivíduo torna-se recetivo à possibilidade de novas ideias e visões de mundo, em resultado de uma crise;(ii) Busca religiosa: o indivíduo procura significado através de um idioma religioso, nomeadamente as ideias transmitidas por um grupo islamita;(iii) Alinhamento: a representação pública oferecida pelo grupo radical “faz sentido” para o indivíduo e atrai o seu interesse inicial, sendo a sua identidade redefinida de acordo com uma “identidade islâmica”;(iv) Socialização: o indivíduo experimenta lições e atividades religiosas que facilitam a sua doutrinação, muda os seus valores e interioriza a ideologia do grupo (Wiktorowicz, 2004).

1.2.4. Programas de Prevenção da Radicalização na União Europeia

A EAUE, define como compromisso estratégico da UE combater o terrorismo em todo o mundo e tornar a Europa mais segura, tendo para este efeito sido definidos quatro pilares de atuação: prevenir, proteger, perseguir e responder. O pilar da prevenção visa “evitar o recurso ao terrorismo, combatendo os fatores ou causas profundas que podem conduzir à radicalização e recrutamento na Europa e no resto do mundo” (Nota 14469/4/05, 2005, p. 03). Neste âmbito, foram definidas grandes prioridades, nomeadamente definir abordagens comuns para detetar e combater a instigação e o recrutamento, designadamente em meios-chave como as prisões, locais de formação ou culto religioso (Nota 14469/4/05, 2005, p. 9).

A Estratégia da UE de Combate à Radicalização e ao Recrutamento do Terrorismo, adotada em 04 de junho de 2014, tem como principal objetivo “evitar que os indivíduos sejam radicalizados, se tornem radicais e sejam recrutados para o terrorismo” (Estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo, 2014, p. 3).

No entanto, as técnicas policiais tradicionais não são suficientes para dar resposta à evolução das tendências em matéria de radicalização, sendo necessária uma abordagem mais ampla e que envolva toda a sociedade para prevenir e combater a radicalização (CE, 2014).

Assim, a Comissão Europeia (CE), com a contribuição importante da *Radicalisation Awareness Network* (RAN), identificou diversos domínios que os Estados-Membros e a UE poderiam integrar nos seus esforços para lutar contra a radicalização a nível nacional ou internacional, destacando-se a consolidação de conhecimentos especializados e de boas práticas no âmbito da prevenção do fenómeno da radicalização, e a formação de profissionais



para prevenir a radicalização, nomeadamente assistentes sociais, educadores, trabalhadores da saúde, polícia, pessoal penitenciário e agentes de reinserção social (CE, 2014, pp. 4-7).

A RAN, criada em 2011, é uma rede coordenadora que reúne peritos envolvidos na prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento em toda a Europa. É composta por profissionais de primeira intervenção (autoridades policiais e prisionais, professores, representantes da sociedade civil, representantes de autoridades locais e profissionais de saúde) de toda a Europa, que trabalham diariamente com pessoas que já foram radicalizadas ou que são vulneráveis à radicalização (Comissão Europeia, 2018).

A RAN encontra-se organizada em duas estruturas principais: a RAN *Centre of Excellence* (RAN CE) e a RAN *Working Groups* (RAN WG).

O RAN CE atua como um centro de conexão, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos especializados, apoia e coordena a RAN, contribui também para moldar a agenda de investigação da CE, e articula-se com os que implementam iniciativas de "prevenção" dentro e fora da UE. Já os RAN WG juntam em reuniões temáticas vários especialistas, académicos e grupos profissionais que lidam diariamente com grupos de risco, promovendo o intercâmbio de conhecimentos, experiências e ideias relacionados com a prevenção da radicalização (Comissão Europeia, 2018).

O RAN WG divide-se em nove grupos de trabalho temáticos (cfr. Apêndice B), existindo um grupo específico dedicado às forças de segurança. O *Police and Law Enforcement Working Group* (RAN POL) centra a sua ação nas FSS e no papel que estas podem desempenhar no âmbito da prevenção da radicalização, com base nas parcerias comunitárias e no estabelecimento de relações de confiança com as populações. Este grupo de trabalho tem produzido inúmeras publicações que procuram demonstrar a importância do policiamento comunitário na prevenção da radicalização. Uma destas publicações é o “Guia de programas de treino para polícias na Europa”, no qual são identificadas competências essenciais que exigem treino, resultando em oito programas de treino diferentes que devem integrar o currículo das polícias: programas de treino sobre radicalização; policiamento comunitário; sensibilidades interculturais, "policiamento para todos" e direitos humanos; cooperação multi/interagências; polarização e tensões sociais; uso da internet e medias sociais para prevenção da radicalização; comunicação pessoal efetiva; e papel da polícia na desradicalização ou afastamento de indivíduos extremistas (Lenos & Keltjens, 2016).

Procura-se assim criar planos de treino que permitam que os policias reconheçam precocemente sinais de radicalização e desempenhem um papel crucial na sua prevenção.



Num âmbito mais específico, o projeto *Community Policing Preventing Radicalization & Terrorism* (CoPPRa), que teve início durante a Presidência belga da UE em 2010, visava três áreas de atividade: a criação de uma ferramenta prática e amigável para apoiar os agentes de primeira intervenção na deteção precoce de sinais de radicalização; o desenvolvimento de um currículo comum para treinar agentes de primeira intervenção sobre como usar a ferramenta no seu trabalho diário; e a identificação e o intercâmbio de boas práticas sobre como impedir a propagação da radicalização em estreita parceria com outros parceiros locais (CoPPRa, 2013).

Este projeto culminou na elaboração de um manual para formadores e num manual em formato *pocket* para apoiar os agentes de primeira intervenção na deteção de sinais de radicalização num estágio inicial, visando dois objetivos essenciais: aumentar a capacidade dos agentes de primeira intervenção e dos profissionais de policiamento comunitário de reconhecer os indicadores que podem levar à radicalização e à coleta de informações da comunidade, a fim de evitar a disseminação das ideias violentas de radicalização; e aumentar a capacidade de construir relações e parcerias com as comunidades locais e usar o policiamento comunitário para evitar a radicalização e o terrorismo (CoPPRa, 2013).

Em julho de 2011, o projeto CoPPRa foi prolongado por mais 2 anos (passando a designar-se CoPPRa II), visando: atualizar e desenvolver as ferramentas produzidas pelo projeto CoPPRa inicial; organizar 5 programas de formação de formadores com duração de uma semana; e criar um módulo de *e-learning* baseado no manual de treino do CoPPRa (CoPPRa, 2013).

Assim, o projeto CoPPRa baseia-se no pressuposto de que agentes de primeira intervenção regulares - polícias comunitários - têm um papel importante a desempenhar na prevenção da radicalização enquanto trabalham nas ruas, conhecem e compreendem as suas comunidades locais e tendem a ter boas interações na comunidade. Isso significa que eles estão bem preparados para detetar os sinais de radicalização num estágio inicial e trabalhar em parceria com as comunidades locais para evitar ou enfrentar isso (Out, 2013).

1.2.5. O policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias

O policiamento comunitário emergiu como um complemento estratégico importante para as práticas tradicionais de policiamento. Concentra-se no estabelecimento de parcerias policial-públicas, onde toda a organização policial, todas as agências governamentais e comunidades cooperam ativamente na solução de problemas (OSCE, 2014, p. 75).



O policiamento comunitário assenta nos princípios-chave de que a polícia deve: ser visível e acessível ao público; conhecer e ser conhecida pelo público; envolver-se e fazer parcerias com as comunidades; ouvir as preocupações das comunidades; responder às necessidades das comunidades; e ser responsabilizada pelas suas ações e pelo resultado dessas ações (CoPPRa, 2013).

Os benefícios do policiamento comunitário para a prevenção de ocorrências criminais são:

- (i) A mobilização e capacitação das comunidades para identificar e responder às suas preocupações, contribuindo para a redução de problemas e questões preocupantes, uma vez que são priorizados e abordados (Segrave & Ratcliffe, 2004);
- (ii) A melhoria das relações entre a polícia e o público, aumentando a confiança do público (Segrave & Ratcliffe, 2004);
- (iii) Um aumento na credibilidade e legitimidade da polícia, através de uma maior transparência e responsabilização das ações policiais em relação às comunidades (OSCE, 2014);
- (iv) Estabelecimento de um ambiente físico e social local melhorado e aumento nas atitudes positivas da comunidade em relação à polícia (Segrave & Ratcliffe, 2004);
- (v) Um aumento na informação, em termos de quantidade, qualidade e diversidade, que é fornecida voluntariamente por membros do público em apoio à ação policial (OSCE, 2014).

Os benefícios do policiamento comunitário podem não ser facilmente mensuráveis no curto prazo e podem-se tornar mais tangíveis no médio e longo prazo, à medida que a confiança cresce e as parcerias entre a polícia e o público se desenvolvem e amadurecem. Compromisso contínuo e investimento são, portanto, necessários para que o policiamento comunitário atinja os seus benefícios potenciais (OSCE, 2014).

Sendo o terrorismo um fenómeno criminal, o policiamento comunitário pode contribuir para a sua prevenção de várias maneiras:

- (i) Apoiando o policiamento no respeito pelos direitos humanos e no estado de direito, evitando ações policiais discriminatórias assentes em perfis religiosos ou raciais, que dificultam a integração das comunidades imigrantes mais vulneráveis, que podem ter informações sobre ações terroristas e indivíduos ou células radicalizadas (Shafir, Brysk, & Wehrenfennig, 2007);



- (ii) Melhorando a aceitação da intervenção policial e interação do público com a Polícia, permitindo as parcerias entre policias e comunidades reconstruir a confiança dos cidadãos, levando a polícia a ter acesso a informações críticas incorporadas nas comunidades locais (Lyons, 2002);
- (iii) Melhorando a comunicação com o público sobre as questões do terrorismo, o que permite que as comunidades entendam melhor a ameaça do terrorismo (Edwards, Jeffray, & Pantucci, 2015);
- (iv) Aumentando a coesão e a resiliência das comunidades, pois as parcerias entre a polícia e as comunidades permitem aumentar a tolerância das mesmas, tornando improvável que os indivíduos adotem o extremismo violento e as ideologias terroristas (Edwards, Jeffray, & Pantucci, 2015);
- (v) Facilitando a identificação oportuna e o encaminhamento de situações críticas, pois os policias comunitários estão em melhor posição para identificar e responder a situações críticas emergentes, incluindo as preocupações de que um indivíduo possa ser vulnerável ao extremismo violento e ao recrutamento de terroristas (OSCE, 2014);

Diariamente, os agentes policiais encontram inúmeras pessoas em diferentes situações. Durante esses encontros, eles podem ver algo que pode indicar que uma pessoa está radicalizada, está a radicalizar outras pessoas ou que uma atividade é planeada ou preparada, que é violenta ou mesmo terrorista. Os agentes podem-se deparar com esses sinais de alerta enquanto efetuam uma operação de fiscalização de trânsito, buscas em residências, entrevistas, vigilâncias, ou apenas enquanto se envolvem com a comunidade. Durante o decurso normal do seu trabalho, os agentes de primeira intervenção podem ser os primeiros a serem confrontados com sinais e indicadores de radicalização violenta.

É muito importante que todos os agentes policiais estejam cientes de que as suas observações e relatórios podem fazer a diferença. Saber reconhecer esses indicadores de alerta precoce e como reagir a eles pode impedir um possível ato de terrorismo ou impedir uma pessoa no processo de radicalização. É, portanto, essencial que os agentes de primeira intervenção possam interpretar o que veem e ouvem nas suas comunidades e, com uma consciencialização adequada dos indicadores, coloquem isso no contexto, a fim de identificar e relatar atividades perigosas ou suspeitas (Out, 2013).



O Policiamento Comunitário desenvolvido pelas FS, como é o caso da GNR, poderá contribuir positivamente para prevenir a radicalização conducente à adoção de ideologias assentes no extremismo violento, como o terrorismo, no nosso país (Copeto, 2018).

Este tipo de policiamento assume especial importância nas comunidades que tradicionalmente são mais resistentes e desconfiadas da autoridade do Estado, pelo que os resultados esperados, da implementação do Policiamento Comunitário, são uma maior resiliência da comunidade a ideologias extremistas, logo, menos suscetíveis de serem radicalizadas e recrutadas para o terrorismo (Copeto, 2018).

A prevenção procura “inocular” indivíduos não radicalizados contra o apelo do extremismo violento. A lógica subjacente é idêntica a outras formas de prevenção (por exemplo, prevenção de drogas, álcool ou gangues) em que populações “em risco” e suas comunidades mais amplas são incentivadas a participar de programas que consciencializem e fortaleçam o desenvolvimento da capacidade mental, intelectual e social de resistir ao recrutamento. Isso inclui campanhas de informação pública e capacitação em comunidades inteiras, bem como programas direcionados em locais específicos, como escolas, universidades, clubes juvenis e desportivos, em mesquitas e igrejas, prisões e centros de refugiados, ou na internet.

Na prática, o Policiamento Comunitário como instrumento de prevenção da radicalização pode resumir-se a três princípios fundamentais: ênfase nas parcerias com organizações comunitárias e respetivos líderes, incluindo jovens, mulheres, grupos religiosos e minorias étnicas, bem como empresas e outras instituições da sociedade civil, que as FS devem procurar envolver, na construção de um relacionamento de confiança e de proximidade; a resolução de problemas, implicando que as FS devem ouvir as comunidades e responder às suas preocupações e necessidades, mesmo quando não estão no topo das suas prioridades, e o Policiamento Comunitário deve ser proativo e preventivo, procurando mobilizar as pessoas para a resolução do problema, antes que evolua e se transforme em crime (Copeto, 2018).

O Policiamento Comunitário pode então ser eficaz para aumentar a confiança dos cidadãos nas FS, sendo por isso um importante contributo na prevenção da radicalização e do terrorismo. Através das suas características, o Policiamento Comunitário apresenta-se como uma ferramenta essencial ao serviço das polícias para prevenir e antecipar este fenómeno, atuando nos sintomas, e evitando os efeitos negativos.



No entanto, apesar do Policiamento Comunitário ser uma realidade consolidada na atuação da GNR, os militares devem ter formação específica na prevenção da radicalização (Copeto, 2018), sendo importante desenvolver formações de consciencialização para agentes das FS combinadas com programas de Policiamento Comunitário, como, por exemplo, o programa “Escola Segura” (Ares, 2016).

1.3. Enquadramento metodológico

1.3.1. Metodologia

O estudo a desenvolver pretende assumir uma tipologia de investigação aplicada, procurando “encontrar uma aplicação prática para os novos conhecimentos” adquiridos ao longo do percurso (Santos, et al., 2016, p. 14).

O investigador segue um posicionamento ontológico construtivista, na medida em que entende a realidade como uma estrutura concreta e os fenómenos sociais são produzidos com base nas interações entre atores sociais e entre estes e a envolvente, pelo que estão em constante fase de revisão. Ou seja, a realidade social não tem um caráter concreto, mas é uma construção com significado próprio para cada interação e ator social, válida para um momento concreto e um contexto particular (Santos, et al., 2016, pp. 17,18).

Por outro lado, o investigador segue também um posicionamento epistemológico interpretativista, tentando explicar ou compreender o mundo social (neste caso, o contributo do policiamento comunitário efetuado pela GNR na prevenção da radicalização jihadista), nomeadamente verificar os fenómenos, compreender os significados subjetivos desses mesmos fenómenos e perceber como a realidade molda e é moldada pelos comportamentos e ações dos atores sociais que nela intervêm (Santos, et al., 2016, pp. 19,20).

Para o desenvolvimento da presente investigação, foi seguida uma metodologia de raciocínio indutiva, tendo como ponto de partida a observação de factos particulares para, através da sua associação, estabelecer generalizações que permitam formular uma teoria (Santos, et al., 2016, p. 20). Ou seja, no caso em análise, observaram-se fenómenos particulares (processo radicalização, programas de prevenção e o policiamento comunitário efetuado pela GNR), que permitirão formular hipóteses sobre um fenómeno mais abrangente (prevenção da radicalização jihadista).

O presente estudo assenta numa estratégia de investigação qualitativa, “na medida em que a interpretação dos fenómenos sociais e a atribuição dos respetivos significados é feita a partir de padrões encontrados nos dados” (Santos, et al., 2016, p. 29), passando pela



“compreensão do significado atribuído por um indivíduo ou por um grupo, a um determinado problema (Creswell, 2013, cit. Santos, et al., 2016, p. 29).

Quanto ao desenho de pesquisa, a investigação em apreço aproxima-se da figura do Estudo de Caso, na medida em que “o investigador procura recolher informação sobre um fenómeno particular inserido num contexto específico” (Santos, et al., 2016, p. 39).

1.3.2. Percurso da investigação

O percurso metodológico seguido na presente investigação (cfr. Modelo de análise, Apêndice D) compreende três etapas distintas: fase exploratória, fase analítica e fase conclusiva (Santos, et al., 2016).

A fase exploratória baseou-se numa profunda revisão de literatura e em entrevistas exploratórias, não estruturadas, que permitiram uma melhor clarificação do tema, definir o objeto de estudo, construir a problemática e definir os objetivos da investigação, terminando com o Projeto de Investigação.

A fase analítica assentou na recolha de dados, através de dois instrumentos: análise documental e entrevistas semiestruturadas.

A análise documental baseou-se fundamentalmente em estudos e reflexões publicados, a diplomas legais adequados e a documentos estratégicos nacionais e da UE (a ENCT, a EAUE e a Estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo), numa procura de diferentes perspetivas de análise, que foram depois complementadas por entrevistas semiestruturadas a entidades com vasta experiência profissional, académica e com conhecimentos técnicos na área do Terrorismo. e Policiamento Comunitário.

As entrevistas de aprofundamento foram conduzidas de forma semiestruturada e basearam-se num guião elaborado (Cfr. Guião da entrevista, Apêndice E), articulando as questões entre si, facilitando a compreensão do tema em análise e encaminhando os entrevistados para os objetivos pretendidos.

A seleção dos entrevistados assentou numa amostra não probabilística e intencional (Santos, et al., 2016, p. 71), imposta pelo rigor e objetividade da investigação, e passou pela definição de um conjunto de requisitos essenciais, resultando em três painéis de especialistas: militares da GNR e elementos da PSP com experiência e formação na área do Terrorismo; militares da GNR e elementos da PSP especialistas na área do Policiamento Comunitário; e elementos civis especialistas na área o Terrorismo.



Após a aplicação dos critérios, o universo da população foi naturalmente delimitado a um conjunto restrito de profissionais especializados, o que levou a realizar catorze entrevistas.

A análise dos dados obtidos nas entrevistas foi feita de acordo com as etapas consideradas por Guerra (2006): transcrição, leitura, construção de sinopses, análise descritiva e análise interpretativa.

Por último, na fase conclusiva, através da avaliação e discussão dos resultados, procurou-se responder à questão central, e retirar conclusões e implicações que permitam formular contributos para o conhecimento, terminando com as limitações e recomendações.



2. Apresentação, análise e discussão dos resultados

No presente capítulo, como consequência do trabalho de campo, procede-se à apresentação e análise dos resultados das entrevistas realizadas à amostra não probabilística e intencional (Santos, et al., 2016, p. 71), definida pelos catorze entrevistados selecionados, conforme Quadro 1.

A definição da amostra assentou na obtenção de contributos de entidades com vasta experiência profissional, académica e com conhecimentos técnicos na área do Terrorismo e Policiamento Comunitário. Assim, foram consideradas entidades que desempenharam ou ainda desempenham funções nas áreas referidas (nomeadamente da GNR e PSP), bem como personalidades académicas com obra publicada, consideradas autoridades nos temas em estudo.

Quadro 2 - Painel de entrevistados

	Identificação	Função/Especialização	Data
E1	Coronel Lemos Pires	Professor da Academia Militar	23JAN19
E2	Capitão Tiago Silva	Chefe do Secretariado e Investigador do Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação da Academia Militar	05FEV19
E3	Dr. Filipe Pathé Duarte	Professor e Investigador Universitário	04MAR19
E4	Dr.ª Filipa Marina Soares	Investigadora do Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade	20FEV19
E5	Dr. Nuno Rogeiro	Comentador e Analista político	13FEV19
E6	Tenente-Coronel Rogério Copeto	Chefe da Divisão de Ensino da GNR	22JAN19
E7	Tenente-Coronel Paulo Poiares	Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações da GNR	21FEV19
E8	Major Pedro Ramos	Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	11FEV19
E9	Superintendente Hugo Guinote	Divisão de Prevenção Público e Proximidade da PSP	12FEV19
E10	Superintendente Valente Dias	Diretor do Departamento de Saúde e Assistência na Doença da PSP	13FEV19
E11	Coronel Jorge Bolas	Comandante do Comando Territorial da GNR de Castelo Branco	12FEV12
E12	Tenente-Coronel Duarte da Graça	Chefe da Divisão de Contrainformação e Segurança da GNR	19FEV19
E13	Tenente-Coronel Ricardo Bessa	Sistema de Segurança Interna	25FEV19
E14	Tenente-Coronel António Quadrado	Grupo de Intervenção de Operações Especiais da GNR	20MAR19

As respostas às questões colocadas (conforme Quadro 4, Apêndice F) foram interpretadas segundo uma análise quantitativa (que permitiu identificar os pesos relativos de cada segmento de resposta) e uma análise qualitativa, através da sistematização dos excertos das respostas dos entrevistados considerados relevantes para cada questão e segmento de resposta identificado (conforme Quadro 5, Apêndice F), o que permitiu a identificação dos pontos comuns entre as respostas obtidas.



Assim, para cada resposta apresentamos uma matriz de análise quantitativa, seguido de uma interpretação qualitativa.

2.1. Análise e discussão de resultados

Tabela 1 - Resultados da questão n.º 1

Qual a importância da GNR no Sistema de Segurança Interna (SSI), com vista à prevenção do terrorismo?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
A.1.1				X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	42%
A.1.2		X			X	X		X	X		X	X			29%
A.1.3	X	X	X			X	X	X				X			29%

Quando questionados sobre a importância da GNR no SSI, com vista à prevenção do terrorismo, foram referidos três aspetos fundamentais: a contribuição para a prevenção do fenómeno (42%), o papel fundamental para a recolha de informação (29%) e a capacidade distintiva da GNR (29%), enquanto força de segurança de cariz militar. Estes resultados estão em consonância com o que Matos (2016) defende ao afirmar que a GNR tem acesso a um manancial de informação que depois de processada, integrada e analisada, se pode constituir como uma mais-valia para a prevenção de incidentes terroristas.

A GNR assume um papel fundamental na prevenção do terrorismo, através da recolha de informação relacionada com o fenómeno, e apoiando e cooperando com outras entidades no âmbito do SSI, relevando a sua participação na UCAT.

Tabela 2 - Resultados da questão n.º 2

Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel da GNR na prevenção do terrorismo?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
A.2.1			X	X		X	X	X	---			X	X	X	62%
A.2.2	X	X			X				---	X	X				38%

No que se refere ao enquadramento legislativo relativo à prevenção do terrorismo, verifica-se que os entrevistados se encontram divididos no que se refere às necessidades de alterações legislativas no SSI. Se por um lado se defende que a legislação existente tem sido suficiente e adequada (62%), por outro lado defende-se que existe sempre margem para melhorias de forma a potenciar a legislação existente (38%).

Ressalva-se aqui a opinião de Silva (entrevista por *email*, 05 de fevereiro de 2019), que defende “alterações legislativas ao nível do SSI, em particular, legislar no sentido dos serviços de informações poderem, legalmente, efetuar interceções telefónicas, telemáticas e electrónicas para a deteção de suspeitos de terrorismo” e “clarificar em que situações de terrorismo se podem efetuar buscas domiciliárias sem autorização judicial, tal como prevê o

artigo do CPP para o efeito”. Já Dias (entrevista por *email*, 13 de fevereiro de 2019) defende “alterações no Sistema de Segurança Interna e alterações nas próprias leis orgânicas e do pessoal das corporações policiais”, nomeadamente “a reforma da organização (extinção dos múltiplos corpos de polícia...)” e “na passagem dos múltiplos regimes jurídicos do pessoal para a definição de uma condição policial de base”.

Como refere Matos (2016), o atual SSI resulta de sucessivas alterações por forma a responder ao cumprimento de políticas públicas de segurança e à articulação e coordenação entre os seus autores, ou seja, foi-se adaptando às conjunturas nacionais e internacionais. Assim, as possíveis alterações defendidas por alguns entrevistados seguem esta linha, defendendo melhorias no SSI em vigor.

No entanto, a LSI foi recentemente alterada pela Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, que modifica a composição do CSSI e a organização e funcionamento da UCAT, pelo que será de aguardar os resultados destas alterações recentes.

Tabela 3 - Resultados da questão n.º 3

Considera que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
B.1.1															---
B.1.2	X					X	X	X	X	X		X		X	42%
B.1.3	X	X							X				X		21%
B.1.4	X		X								X				16%
B.1.5		X	X	X	X										21%

As respostas a este nível são unânimes em afirmar que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização, nomeadamente jihadista, sobressaindo as comunidades de condição social, cultural e economicamente mais frágeis (42%), as comunidades mais isoladas (21%) e as comunidades muçulmanas (21%).

Estas opiniões vão de encontro ao defendido nos modelos de radicalização de Sageman, Wiktorowicz e Silber e Bhatt, nomeadamente quando defendem que a radicalização jihadista se verifica em indivíduos muçulmanos. Silber e Bhatt (2007) defendem mesmo que um dos fatores facilitadores do processo de radicalização são os enclaves de populações étnicas que são em grande parte muçulmanas.

Por outro lado, segundo Wiktorowicz (2004), a abertura cognitiva de um indivíduo, que o torna mais recetivo à radicalização, deriva do enquadramento económico frágil, do descontentamento social e político, e de vários tipos de discriminação.



Tabela 4 - Resultados da questão n.º 4

Quais os indivíduos que considera mais em risco de se radicalizarem numa comunidade?														
Segmento Resposta	Entrevistado													
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14
B.2.1						X					X			
B.2.2	X	X		X					X					
B.2.3	X													
B.2.4			X	X	X		X	X		X			X	
B.2.5		X	X		X									
B.2.6				X								X		X

Esta questão gerou grande disparidade nas respostas, sendo difícil estabelecer padrões, mas verifica-se que existem indivíduos mais em risco de serem radicalizados numa comunidade, sobressaindo os indivíduos excluídos dentro das próprias comunidades (35%) e os frustrados com a vida ou sociedade (20%).

As respostas dadas são compatíveis com os autores de referência estudados. Silber e Bhatt (2007) falam em jovens muçulmanos, com idades compreendidas entre os 15 e os 35 anos, e nos desempregados. Precht (2007) e novamente Silber e Bhatt (2007) defendem também que a radicalização ocorre frequentemente em pessoas frustradas com as suas vidas ou a sociedade, e discriminadas socialmente.

A diversidade de opções de resposta sustenta a dificuldade em estabelecer um perfil comum e coerente sobre os indivíduos radicalizados (Faria, 2013). Isto suporta a opinião de Soares (entrevista por *email*, 20 de fevereiro de 2019), que afirma que não se pode falar em “perfis que nos ajudem a prever que tipo de indivíduos terão uma maior propensão para se radicalizar”.

Por outro lado, o “*terrorism profiling* é uma abordagem que atualmente não é adotada face ao vetor de ameaça do terrorismo” (Graça, entrevista por *email*, 19 de fevereiro de 2019), o que pode resultar da dificuldade em estabelecer perfis sobre indivíduos mais propensos à radicalização ou à prática de atos terroristas.

Tabela 5 - Resultados da questão n.º 5

Como classifica o grau de risco de radicalização de indivíduos em Portugal?														
Segmento Resposta	Entrevistado													
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14
B.3.1	X					X	X	X		X	X		X	X
B.3.2			X		X				X			X		
B.3.3		X		X										

No que se refere ao grau de risco de radicalização de indivíduos em Portugal, o mesmo é classificado como baixo (57%) ou moderado (29%), ou seja, é um fenómeno que, na opinião dos entrevistados, não apresenta tendência para ocorrer.



No entanto, importa “referir que não podemos partir do princípio de que Portugal é um país imune ao fenómeno da radicalização jihadista” (Soares, *op. cit.*), bem como a “determinação do grau de risco de terrorismo conduz-nos a uma despreocupação com o fenómeno em questão” (Silva, *op. cit.*), o que pode trazer efeitos nefastos no que à prevenção diz respeito.

Tabela 6 - Resultados da questão n.º 6

Como caracteriza, em traços gerais, os programas de prevenção da radicalização jihadista implementados na UE?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
B.4.1						X		---		---	---				6%
B.4.2			X	X		X		---		---	---				18%
B.4.3								---	X	---	---	X			12%
B.4.4	X				X			---	X	---	---	X		X	29%
B.4.5		X					X	---		---	---				12%
B.4.6					X			---		---	---		X	X	18%
B.4.7				X				---		---	---				6%

Esta questão suscitou a maior disparidade de respostas, demonstrando que os entrevistados não estão muito familiarizados com os programas de prevenção da radicalização jihadista implementados na UE. Ainda assim, a maioria dos entrevistados classifica como “positivos” os programas existentes (29%), e que os mesmos são dirigidos a profissionais de primeira linha (professores, assistentes sociais, guardas prisionais, polícias...) e focados em determinado ambiente (prisões, escolas, autarquias...).

As respostas mais comuns estão em consonância com os programas RAN POL e CoPPRa. Como vimos, os diferentes RAN WG demonstram que esta rede está orientada para diferentes ambientes e integra profissionais de primeira linha, sustentando a maioria das respostas dos entrevistados. Já o programa CoPPRa defende a difusão e implementação de boas práticas (CoPPRa, 2013) e foi estendido no tempo em consequência dos resultados positivos obtidos.

Tabela 7 - Resultados da questão n.º 7

Existe em Portugal algum programa implementado para prevenir a radicalização?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
B.5.1		X		X	X	X	X	---	X	X				---	58%
B.5.2	X		X					---			X	X	X	---	42%

Quanto à existência de programas de prevenção da radicalização em Portugal, verifica-se desconhecimento pela maioria dos entrevistados (58%). No entanto, foi feita referência ao Plano de Ação de Prevenção da Radicalização e dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo (PAPREVRT), o qual “se enquadra no objetivo

PREVENIR da ENCT, e constitui a antecâmara de um processo que visa conhecer e identificar, num determinado contexto político, económico, social ou cultural, as causas e os agentes de uma ameaça terrorista que possa vir a surgir num espaço geográfico definido, com o objetivo de prevenir e antecipar a mobilização de indivíduos para a prática de atos terroristas” (Graça, *op. cit.*). O PAPREVRT já estará finalizado (Bessa, entrevista por email, 25 de fevereiro de 2019), mas ainda decorrem os trabalhos de materialização das medidas nele previsto.

Tabela 8 - Resultados da questão n.º 8

Considera necessária a existência de um programa de prevenção da radicalização concebido especificamente para as Forças de Segurança, em Portugal?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
B.6.1		X					X	X	X		X	X	X		50%
B.6.2	X		X	X	X	X				X				X	50%

Esta questão divide a opinião dos entrevistados, sendo que metade defende que não é necessário a implementação deste tipo de programa em Portugal, seja pelas FSS deterem o conhecimento necessário e adequado para disseminar pelo seu efetivo (Bessa, *op. cit.*), seja pela necessidade de um programa de prevenção da radicalização mais global (Silva, *op. cit.*), com o envolvimento da sociedade civil e a correspondente ligação desta às FSS.

A necessidade de um programa de prevenção mais global é sustentada pela própria CE (2014), ao afirmar que é necessária uma abordagem mais ampla e que envolva toda a sociedade para prevenir e combater a radicalização. A própria RAN, com os seus diferentes RAN WG, sustenta também a ideia de resposta mais ampla ao fenómeno da radicalização.

No entanto, 50% dos entrevistados defende que as FSS devem beneficiar de um programa especificamente desenvolvido para si. O programa CoPPRa (2013) demonstra que um programa de prevenção específico para as FSS pode trazer vantagens, nomeadamente na formação dos agentes de primeira intervenção para a deteção de sinais de radicalização num estágio inicial.

Tabela 9 - Resultados da questão n.º 9

Quais as vantagens do policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
C.1.1	---					X									4%
C.1.2	---			X					X					X	12%
C.1.3	---		X	X	X		X				X	X	X	X	32%
C.1.4	---			X			X	X		X		X			20%
C.1.5	---							X					X		8%
C.1.6	---	X	X												8%
C.1.7	---			X	X		X						X		16%

A recolha de notícias (32%) e o tratamento das informações (12%) formam um núcleo essencial das vantagens da implementação do policiamento comunitário, contribuindo assim para a deteção precoce de fenómenos criminais e sinalização de pessoas em perigo.

Por outro lado, a implementação territorial e a natureza de proximidade deste tipo de policiamento permitem um maior envolvimento das comunidades (20%) na resolução dos seus problemas de segurança, aumentando a confiança das comunidades nas FSS, o que leva a um melhor conhecimento das mesmas e à possibilidade de detetar os indícios técnicos de práticas criminais, sendo isto relevado por 16% dos entrevistados.

Estas respostas são amplamente sustentadas pela análise teórica da presente investigação. Para a OSCE (2014) e Segrave e Ratcliffe (2004), o policiamento comunitário melhora o sentimento de segurança das comunidades, melhora as relações entre as polícias e os cidadãos (melhorando a implementação de atividades de prevenção e controlo do crime) e permite um aumento na informação (em quantidade, qualidade e diversidade) que é fornecida voluntariamente por membros das comunidades em apoio à ação policial.

Tabela 10 - Resultados da questão n.º 10

Considera o policiamento comunitário adequado para a prevenção do fenómeno da radicalização?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
C.2.1	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	86%
C.2.2		X						X							14%

É praticamente unânime (86%) que o policiamento comunitário é adequado para a prevenção da radicalização. Como vimos, o policiamento comunitário contribui para a prevenção do terrorismo de diferentes maneiras. No âmbito desta questão, importa salientar que o policiamento comunitário permite aumentar a resiliência das comunidades e melhora as relações entre as polícias e indivíduos e grupos difíceis de serem alcançados, podendo os próprios serem vulneráveis à radicalização (Edwards, Jeffray, & Pantucci, 2015), o que irá evitar a radicalização de indivíduos. O policiamento comunitário permite ainda estabelecer confiança entre os cidadãos e as polícias, o que irá permitir que estas tenham acesso a informações críticas no seio das comunidades, contribuindo para a identificação de sinais de radicalização (Lyons, 2002).

No entanto, salientam-se duas ideias contrárias: Ramos (entrevista por email, 11 de fevereiro de 2019) afirma que “o policiamento comunitário, isoladamente, não atinge objetivos nenhuns...e na deteção de fenómenos de radicalização, a mesma poderá decorrer desse modelo, do de proximidade ou do policiamento tradicional caracterizado/descaracterizado”; já Silva (*op. cit.*) refere que “o Policiamento Comunitário



nestes casos não funciona”, justificando que aquele modelo de policiamento não se adequa a comunidades com "regras paralelas" às da sociedade dominantes.

Tabela 11 - Resultados da questão n.º 11

Considera que a prevenção da radicalização se pode constituir como um programa específico de policiamento comunitário?															
Segmento Resposta	Entrevistado														%
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	
C.3.1	X		X		X	X	X			X				---	46%
C.3.2		X		X				X	X		X	X	X	---	54%

Da análise destes resultados, verifica-se grande equidade entre os entrevistados. Ramos (*op. cit.*), Guinote (entrevista por email, 12 de fevereiro de 2019) e Bolas (entrevista por email, 12 de fevereiro de 2019) assumem que a dimensão do fenómeno e o grau de ameaça não justificam a criação de um programa específico neste âmbito. Soares (*op. cit.*) não considera necessário nem desejável a criação de um programa específico, defendendo que se deve apostar na formação nesta área dos profissionais que fazem policiamento comunitário. Bessa (*op. cit.*) alerta para o facto de que “a individualização do fenómeno pode ter um impacto negativo e acabar sendo uma ação de propaganda da problemática e acabar por ser atrativo para algumas pessoas/comunidades mais suscetíveis que ainda não estariam tão despertas para a situação”.

No entanto, importa aqui salientar exemplos de boas práticas que podem servir para avaliar a adequação de um programa específico de policiamento comunitário orientado para a prevenção da radicalização: primeiro, o exemplo do *Los Angeles Police Department* (LAPD), que em 2008 criou uma secção especializada, direccionada para a comunidade, dentro do “*Counter-Terrorism and Special Operations Bureau*”, tendo desenvolvido um extenso programa para envolver as comunidades muçulmanas em assuntos relacionados com o extremismo violento, o qual foi considerado uma boa prática pela OSCE e apresentou resultados muito positivos (Neumann, 2017); segundo, a Unidade Nacional de Diversidade e Integração da Polícia Nacional da Irlanda, que mantém contacto com a comunidade muçulmana em geral, procurando construir uma relação de confiança com os membros daquela comunidade, facilitando o relato de assuntos que possam colocar em risco a comunidade muçulmana em geral. Neste sentido, os agentes de ligação da polícia podem eventualmente receber informações que ajudem a evitar que os indivíduos se radicalizem (CE, 2019).



Conclusões

A radicalização e recrutamento de indivíduos por parte de grupos terroristas é um problema securitário global, sendo conhecidos diversos fenómenos de radicalização de combatentes estrangeiros por parte do *Daesh*, entre os quais portugueses. A luta contra a radicalização e o recrutamento para o terrorismo é pertinente, atual e uma preocupação premente da UE e dos seus Estados-Membros.

Deste modo, constituiu-se como OG da presente investigação analisar a forma como a GNR, através do policiamento comunitário, pode prevenir a radicalização jihadista, sendo substanciado pela procura de resposta à QC “De que forma o policiamento comunitário efetuado pela GNR se pode constituir como uma medida de prevenção da radicalização jihadista em Portugal?” e quatro QD correspondentes.

Revisitando o procedimento metodológico, a estratégia de investigação delineada seguiu uma metodologia de raciocínio indutiva, assente numa estratégia de investigação qualitativa, substanciada num desenho de pesquisa de estudo de caso. A recolha de dados, assentou na análise documental de estudos e reflexões publicados, de diplomas legais adequados e documentos estratégicos nacionais e da UE – para clarificar os conceitos relacionados com a prevenção da radicalização e o policiamento comunitário – complementada pela realização de catorze entrevistas semiestruturadas a entidades com vasta experiência profissional, académica e com conhecimentos técnicos na área do Terrorismo e Policiamento Comunitário.

Quanto à estrutura, o primeiro capítulo apresenta o enquadramento conceptual da investigação, que permitiu normalizar os termos utilizados ao longo do estudo, e descreve o modelo de análise adotado e a metodologia utilizada na condução desta investigação.

Assim, para responder à QD1, “Qual o posicionamento da GNR no Sistema de Segurança Interna, no âmbito da prevenção do Terrorismo?”, procedeu-se à análise do SSI português em vigor e os respetivos documentos normativos. A GNR é uma força de segurança que integra o SSI, competindo-lhe exercer a atividade de segurança interna, nomeadamente proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo. Ao estar representada nos diferentes órgãos do SSI (CSSI e GCS) e na UCAT, a GNR possui competência para desenvolver atividades de prevenção do terrorismo. Por outro lado, a dispersão territorial da GNR permite-lhe aceder a um manancial de informação que, depois de processada, integrada e analisada, poderá constituir uma mais-valia no âmbito da prevenção de incidentes terroristas.



Conclui-se assim que a GNR assume um papel fundamental na prevenção do terrorismo, alicerçado na recolha de informações relacionadas com o fenómeno.

Para responder à QD2, “De que forma ocorre a radicalização jihadista de um indivíduo no Ocidente?”, foram analisados alguns modelos que espelham o conhecimento existente sobre o processo de radicalização. O processo de radicalização é complexo, influenciado por múltiplas causas e fatores, e varia de indivíduo para indivíduo. A radicalização geralmente inicia-se em indivíduos insatisfeitos com as suas vidas ou com a sociedade, que o pode levar a uma “busca religiosa” para encontrar um significado para a sua própria existência, que pode ser encontrada na ideologia jihadista-salafista. Depois de aceitar a visão político-religiosa que justifica e legitima a violência contra não-islâmicos, esse indivíduo muda os seus valores, aceita o dever individual de participar na “jihad”, e adere a um grupo terrorista jihadista, sendo treinado, equipado e enviado para realizar atos terroristas. No entanto, não é possível construir um perfil credível de um indivíduo mais suscetível de ser radicalizado, apesar de maioritariamente serem indivíduos do sexo masculino, jovens muçulmanos entre os 15 e os 35 anos, desempregados, excluídos dentro das próprias comunidades e oriundos de comunidades mais isoladas e de condição social, cultural e económica mais frágeis.

Relativamente à QD3, “Que tipo de programas de prevenção da radicalização jihadista existem na União Europeia?”, foram analisados e descritos dois programas de referência nesta área, no âmbito de atuação das forças de segurança: o RAN POL e o Programa CoPPRa. Estes programas centram-se no papel que as FSS devem ter na prevenção da radicalização, nomeadamente através do modelo de policiamento comunitário e no pressuposto de que os agentes de primeira intervenção têm um papel importante a desempenhar neste âmbito. Nesta senda, foram criados manuais e planos de treino para aumentar a capacidade dos agentes de primeira intervenção em reconhecer precocemente sinais de radicalização e recolher informações da comunidade, a fim de evitar a disseminação das ideias violentas de radicalização, bem como aumentar a capacidade de construir relações e parcerias com as comunidades locais e usar o policiamento comunitário para evitar a radicalização e o terrorismo. A investigação permitiu apurar que em Portugal não existe nenhum programa de prevenção da radicalização, embora a ENCT recomende a elaboração e adoção do PAPREVRT, que já estará finalizado, mas não implementado. Por outro lado, a adoção de um programa de prevenção da radicalização concebido especificamente para as Forças de Segurança, em Portugal, não é consensual.



Por forma a responder à QD4, “De que forma o policiamento comunitário se pode constituir como uma medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias?”, analisaram-se as potencialidades do modelo de policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais. O modelo de policiamento comunitário permite: (i) maior envolvimento das comunidades na resolução dos seus próprios problemas de segurança; (ii) melhoria das relações entre a polícia e o público; (iii) aumento da confiança das comunidades nas FSS; (iv) melhoria na implementação de atividades de prevenção e controlo do crime; (v) aumento na credibilidade e legitimidade da polícia, junto das comunidades; (vi) aumento nas atitudes positivas da comunidade em relação à polícia; (vii) melhoria do sentimento de segurança das comunidades; (viii) aumento das informações transmitidas pelos cidadãos à polícia. Este tipo de policiamento assume especial importância nas comunidades que tradicionalmente são mais resistentes e desconfiadas da autoridade do Estado, onde é extremamente difícil obter informações policiais. Como tal, aqueles benefícios refletem-se na recolha de notícias e tratamento de informações por parte das FSS, o que é essencial para identificar e relatar atividades perigosas ou suspeitas, prevenindo assim a ocorrência de fenómenos criminais.

Face ao exposto, e em resposta à QC, “De que forma o policiamento comunitário efetuado pela GNR se pode constituir como uma medida de prevenção da radicalização jihadista em Portugal?”, verificou-se que a dispersão territorial da GNR, o seu vasto leque de missões e as parcerias que o modelo de policiamento comunitário permite estabelecer com as comunidades, resulta numa inigualável capacidade de recolha e produção de informações, que serão essenciais para identificar sinais de atividades suspeitas. Ao aumentar a confiança entre os cidadãos e os militares da GNR, o policiamento comunitário permite que esses militares, no seio das comunidades, incluindo as mais isoladas, adquiram elevadas quantidades de informação, que diariamente são aplicadas no controlo da criminalidade. Assim, orientando o esforço de pesquisa para a problemática do terrorismo e da radicalização, é possível a aquisição de informações que poderão dar lugar à deteção e sinalização de situações concretas de radicalização. No entanto, é essencial que os militares estejam sensibilizados para esta temática e que saibam reconhecer sinais de alerta precoce e como reagir a eles, de modo a impedir uma pessoa de iniciar o processo de radicalização. Os diferentes Programas Especiais de Policiamento de Proximidade (PEPP) desenvolvidos pela GNR, como, por exemplo, o programa “Escola Segura”, estabelecem fortes ligações com as comunidades, permitindo detetar prematuramente sinais de radicalização, a obtenção de



informações sobre o fenómeno da radicalização e uma intervenção oportuna sobre indivíduos em risco. No entanto, a investigação permitiu apurar que não é consensual que a prevenção da radicalização se possa constituir como um programa específico de policiamento comunitário.

Como corolário desta investigação e principal contributo para o conhecimento, propõe-se que o modelo de policiamento comunitário implementado pela GNR, assente nos PEPP, seja adaptado para prevenir focos de radicalismo e extremismo violento, através da constituição e implementação de um modelo de policiamento que conte com maior participação das comunidades. O modelo deve ser integrado no sistema de policiamento já existente, adaptando-se à realidade nacional seguindo o exemplo de experiências internacionais, visto que a individualização do fenómeno pode ter um impacto negativo e acabar sendo uma ação de propaganda de uma problemática que ainda não o justifica.

Nesta senda, recomenda-se que a GNR desenvolva um estudo, em coordenação com as entidades policiais europeias, no sentido de aprofundar a necessidade de criar um programa especial de prevenção da radicalização, a implementar na Europa, assim como programas de formação específicos que permitam aos agentes policiais interpretar o que veem e ouvem nas suas comunidades e, consequentemente, detetem sinais que possam sintomatizar fenómenos de radicalização.

Como limitações à investigação, destaca-se não se ter conseguido a abrangência pretendida relativamente aos especialistas e académicos convidados a responder à nossa entrevista. Isto resulta do reduzido número de especialistas nesta temática, sendo que o número de solicitações a que são sujeitos nem sempre permite a resposta a este tipo de entrevistas, o que reduziu a amostra disponível para análise. Uma outra limitação foi a impossibilidade de entrevistar especialistas estrangeiros nas áreas do terrorismo e do policiamento comunitário.

Por fim, sugere-se como linha de investigação futura o estudo de modelos concretos de prevenção da radicalização, com vista a uma análise mais abrangente que permita o estudo das comunidades mais vulneráveis, nomeadamente a islâmica, e o estabelecimento de parcerias com as mesmas, com vista à definição de um modelo adequado e adaptado à realidade do nosso país.



Bibliografia

- Ares, P. (novembro de 2016). Prevenção da Radicalização e do Extremismo Violento. *CEDIS Working Papers*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Baldaia, B. (17 de novembro de 2015). *Por que devemos dizer "Daesh" em vez de "Estado Islâmico"?* Retirado de TSF Rádio Notícias: <https://www.tsf.pt/internacional/interior/por-que-devemos-dizer-daesh-em-vez-de-estado-islamico-4890071.html>
- Benichou, D., Khosrokhavar, F., & Migaux, P. (2015). *Le jihadisme : le comprendre pour mieux le combattre*. Paris: Plon.
- Beutel, A. J. (2007). *Radicalization and Homegrown Terrorism in Western Muslim Communities: Lessons Learned for America*. Bethesda, Maryland: Minaret of Freedom Institute. Retirado em 30 de novembro de 2018, de <http://www.minaret.org/MPAC%20Backgrounder.pdf>
- Casey, J. (outubro de 2010). Implementing community policing in different countries and cultures. *Pakistan Journal of Criminology*, 2(4), pp. 55-70. Retirado em 24 de novembro de 2018, de https://www.academia.edu/1057458/Implementing_Community_Policing_in_Different_Countries_and_Cultures
- CE. (15 de janeiro de 2014). Prevenir a radicalização que leva ao terrorismo e ao extremismo violento: Reforçar a resposta da UE. *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões*. Bruxelas: Comissão Europeia. Retirado em 4 de dezembro de 2018, de <file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/1-2013-941-PT-F1-1.Pdf>
- CE. (15 de abril de 2019). *Garda Ethnic Liaison Officers* . Retirado de Migration and Home Affairs: https://ec.europa.eu/home-affairs/node/7430_en
- Cherem, Y. A. (2013). JIHAD: Interpretações de um conceito polissêmico. *Ciências da Religião – História e Sociedade*, 11(2), pp. 153-184. Retirado de https://www.academia.edu/6945866/Jihad_Interpretações_de_um_Conceito
- Comissão Europeia. (4 de dezembro de 2018). *Radicalisation Awareness Network (RAN)*. Retirado de Migration and Home Affairs: https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network_en



- Comissão Europeia. (4 de dezembro de 2018). *RAN Working Groups*. Retirado de Migration and Home Affairs: https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran
- Copeto, R. (29 de agosto de 2018). Boas práticas de combate ao VERLT. *Lidador Notícias*. Retirado em 30 de novembro de 2018, de <http://www.lidadornoticias.pt/opiniaio-rogerio-copeto-oficial-gnr-boas-praticas-de-combate-ao-verlt/>
- CoPPRa. (2013). Retirado de Community Policing Preventing Radicalisation & Terrorism: <http://roboutconsultancy.com/coppra/about.php>
- CoPPRa, P. (2013). *Community Policing Preventing Radicalisation & Terrorism - Manual for Trainers*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Costa, S. L., & Pinto, M. d. (2012). A Problemática da Radicalização Islamista: Desafios Conceptuais e Dificuldades Práticas no Contexto Europeu. *Nação e Defesa* (132), pp. 171-191. Retirado de file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/NeD132.pdf
- Decisão Quadro do Conselho 2002/475/JHA, de 13 de junho. (2002). *Decisão Quadro do Conselho relativa à luta contra o terrorismo*. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L164, 3-7. Bruxelas: Conselho da União Europeia. Retirado em 11 de dezembro de 2018, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32002F0475&from=EN>
- Decreto Regulamentar n.º 2/2016. (2016). *Estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorismo*. Diário da República, Série I, 161, 2841 - 2843. Lisboa: Conselho de Ministros.
- Dias, H. V. (2015). *Metamorfoses da Polícia - Novos Paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Duarte, F. M. (2015). *Jihadismo Global - Das Palavras aos Actos*. Lisboa: Marcador.
- Edições Almedina, S.A. (Ed.). (2013). *Constituição da República Portuguesa* (2 ed.). Coimbra: Almedina.
- Edwards, C., Jeffray, C., & Pantucci, R. (2015). *OUT OF REACH? The Role of Community Policing in Preventing Terrorism in Canada*. London: Royal United Services Institute for Defence and Security Studies. Retirado em 10 de fevereiro de 2019, de https://rusi.org/sites/default/files/201502_op_out_of_reach.pdf
- Elias, J. J. (2010). *Islamismo* (2 ed.). Lisboa: Edições 70.
- Europol. (2016). *European Union Terrorism Situation and Trend Report (TE-SAT) 2016*. European Law Enforcement Agency, Haia. Retirado de <https://www.europol>.



- europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2016
- Faria, J. A. (9 de setembro de 2013). Como se forma um terrorista jihadista no Ocidente: o processo de radicalização. *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, pp. 1-28. Retirado em 24 de novembro de 2018, de <http://database.jornaldefesa.pt/ameacas/terrorismo/JDRI%20070%20090913%20terrorismo.pdf>
- FBI Counterterrorism Division. (2006). *The Radicalization Process: From Conversion to Jihad*. Washington D.C.: Federal Bureau of Investigation. Retirado em 30 de novembro de 2018, de <http://cryptome.org/fbi-jihad.pdf>
- GNR. (2017). *Plano de Atividades*. Lisboa: Guarda Nacional Republicana.
- GNR. (2018). *O Policiamento Comunitário e os Programas Especiais na GNR*. Retirado em 30 de outubro de 2018, de http://www.gnr.pt/ProgEsp_main.aspx
- Gomes, D. G. (Maio de 2017). *Policiamento do Terrorismo: O Policiamento Comunitário como Estratégia de Prevenção do Terrorismo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa. Retirado de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/20025>
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas*. Lisboa: Principia.
- Heleno, R. C. (Janeiro de 2017). O Jihadismo. Em L. Saraiva, R. Vieira, & J. Correia, *Estudo Estratégicos: da Estratégia, do Planeamento Estratégico Militar e da Conflitualidade* (pp. 471-496). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Laqueur, W. (2012). *A History of Terrorism* (7 ed.). Transaction Publishers. Retirado de <https://books.google.pt/books?id=VfY7AQAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=isbn:07658#v=onepage&q&f=false>
- Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto. (2003). *Lei de Combate ao Terrorismo*. Diário da República, 1.ª Série, 193, 5398-5400. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (2008). *Aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, Série I, 167, 6135 - 6141. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 59/2015, de 24 de junho. (2015). *Primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna*. Diário da República, Série I, 121, 4411 - 4411. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 63/2007, de 06 de novembro. (2007). *Aprova a Lei Orgânica da GNR*. Diário da República, 1.ª série, 213, 8043-8051. Lisboa: Assembleia da República.



- Lenos, S., & Keltjens, M. (2016). *RAN POL's Guide on training programmes for police officers in Europe*. Comissão Europeia. Retirado em 4 de dezembro de 2018, de https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/networks/radicalisation_awareness_network/about-ran/ran-pol/docs/ran_pol_guide_on_training_programmes_for_police_officers_en.pdf
- Lusa. (18 de fevereiro de 2019). Regresso de jihadistas? "Não queremos em Portugal pessoas que possam constituir ameaça". *Público*. Retirado em 24 de fevereiro de 2019, de <https://www.publico.pt/2019/02/18/politica/noticia/regresso-jihadistas-nao-queremos-portugal-pessoas-possam-constituir-ameaca-1862437#gs.AfWAh56Z>
- Lyons, W. (2002). Partnerships, information and public safety: Community policing in a time of terror. *Policing: An International Journal of Police Strategies e Management*(3), pp. 530-542. Retirado em 30 de novembro de 2018, de <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/p530.pdf>
- Matos, H. J. (2016). *Terrorismo & Contraterrorismo - Sistemas de Segurança Interna*. Casal de Cambra: Caleidoscópio - Edição e Artes Gráficas, SA.
- Moghaddam, F. M. (fevereiro-março de 2005). The Staircase to Terrorism: A Psychological Exploration. *American Psychologist*, 60(2), pp. 161-169. Retirado em 26 de novembro de 2018, de <http://fathalimoghaddam.com/wp-content/uploads/2013/10/1256627851.pdf>
- Neumann, P. R. (2017). *Countering Violent Extremism and Radicalisation that Lead to Terrorism: Ideas, Recommendations, and Good Practices from the OSCE Region*. London: International Centre for the Study of Radicalisation.
- Nota 14469/4/05. (30 de novembro de 2005). *Estratégia Antiterrorista da UE*. Bruxelas: Conselho da União Europeia. Retirado em 24 de novembro de 2018, de <https://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=PT&f=ST%2014469%202005%20REV%204>
- Nota 9956/14. (19 de maio de 2014). *Estratégia revista da UE no domínio do combate à radicalização e ao recrutamento para o terrorismo*. Bruxelas: Conselho da União Europeia. Retirado em 24 de novembro de 2018, de <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-9956-2014-INIT/pt/pdf>
- ONU. (8 de outubro de 2004). United Nations Security Council Resolution 1566 (2004). Nova Iorque: Conselho de Segurança das Nações Unidas. Obtido de <https://www.un.org/ruleoflaw/files/n0454282.pdf>



- OSCE. (2014). *Preventing Terrorism and Countering Violent Extremism and Radicalization that Lead to Terrorism: A Community-Policing Approach*. Viena: OSCE. Retirado de <file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/Preventing%20Terrorism%20an%20countering%20violent%20extremism%20and%20radicalization%20that%20lead%20to%20terrorism%20-%20A%20community%20policing%20approach.pdf>
- OTAN. (19 de agosto de 2016). *NATO's military concept for defence against terrorism*. Retirado de North Atlantic Treaty Organization: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_69482.htm?selectedLocale=en
- Out, R. (fevereiro de 2013). CoPPRa : Community policing and prevention of radicalisation. *Journal EXIT-Deutschland*, pp. 69-75. Retirado em 27 de novembro de 2018, de <http://roboutconsultancy.com/coppra/dl/exit.pdf>
- Pereira, J. S. (2016). Terrorismo Transnacional. Em J. V. Borges, & T. F. Rodrigues (Edits.), *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda. Retirado em 10 de janeiro de 2019, de https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_27511.pdf
- Pires, N. L. (2016). *Resposta ao Jihadismo Radical*. Alcochete: Nexo Literário.
- Precht, T. (2007). *Home grown terrorism and Islamist radicalisation in Europe: From conversion to terrorism*. København : Danish Ministry of Justice. Retirado em 26 de novembro de 2018, de file:///C:/Users/rICARDO/Desktop/Home_grown_terrorism_and_Islamist_radicalisation_in_Europe_-_an_assessment_of_influencing_factors__2_.pdf
- Resolução de Conselhos de Ministros nº 7-A/2015, de 19 de fevereiro. (2015). *Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo*. Diário da República, 1.ª série, 36, 1022-(2) a 1022-(4). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Sageman, M. (27 de junho de 2007). *Radicalization of Global Islamist Terrorists*. Washington: United States Senate Committee on Homeland Security and Governmental Affairs. Retirado em 26 de novembro de 2018, de <https://www.hsgac.senate.gov/imo/media/doc/062707Sageman.pdf>
- Santos, L. A., Garcia, F. M., Monteiro, F. T., Lima, J. M., Silva, N. M., Silva, J. C., & Afonso, C. F. (2016). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação*. (L. A. Santos, & J. M. Lima, Edits.) Lisboa: Instituto Universitário Militar.



- Santos, L., Proença, F., Monteiro, F., Lima, J., Silva, N., Silva, J., . . . Afonso, C. (2016). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.
- Schmid, A. P. (março de 2013). Radicalisation, De-Radicalisation, Counter-Radicalisation: A Conceptual Discussion and Literature Review. Haia. Retirado de <https://www.icct.nl/download/file/ICCT-Schmid-Radicalisation-De-Radicalisation-Counter-Radicalisation-March-2013.pdf>
- Segrave, M., & Ratcliffe, J. (março de 2004). Community policing : a descriptive overview. Camberra: Australian Institute of Criminology. Retirado em 24 de novembr de 2018, de <https://aic.gov.au/publications/archive/community-policing--a-descriptive-overview>
- Shafir, G., Brysk, A., & Wehrenfennig, D. (2007). Conclusion: Human rights in hard times. *National insecurity and human rights - Democracies debate counterterrorism* (pp. 177-188). USA: University of California Press. Retirado em 30 de novembro de 2018, de https://www.researchgate.net/publication/288394147_Conclusion_Human_rights_in_hard_times
- Silber, M. D., & Bhatt, A. (2007). *Radicalization in the West: The Homegrown Threat*. New York: New York City Police Department. Retirado em 28 de novembro de 2018, de <https://info.publicintelligence.net/NYPDradicalization.pdf>
- Silva, T. M. (2015). *A ameaça terrorista em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa. Retirado de <https://run.unl.pt/bitstream/10362/16264/1/tese%20a%20ameaça%20terrorista%20em%20portugal.pdf>
- Valente, M. M. (2013). *Segurança - Um tópico jurídico em reconstrução*. Lisboa: Âncora Editora.
- Villaverde, J. A. (2018). *Daesh - El porvenir de la amenaza yihadista*. Madrid: Catarata.
- Wiktorowicz, Q. (2004). Joining the cause: al-muhajiroun and radical islam. (R. College, Ed.) Department of International Studies. Retirado em 29 de novembro de 2018, de <http://insct.syr.edu/wp-content/uploads/2013/03/Wiktorowicz.Joining-the-Cause.pdf>



Apêndice A — Arquitetura do Sistema de Segurança Interna

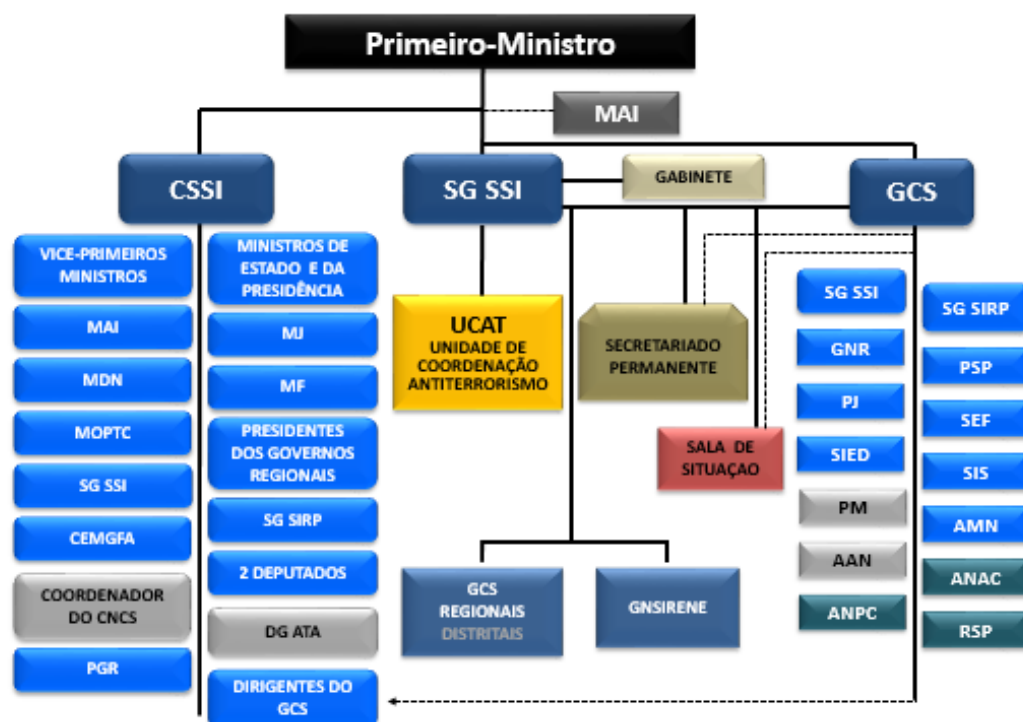


Figura 1 - Sistema de Segurança Interna

Fonte: Gabinete do SG-SSI (2016).

O CSSI é um órgão interministerial de audição e consulta do PM, em assuntos relacionados com a segurança interna (art.º 12.º, n.º 1 da LSI). Este órgão é composto pelas seguintes entidades: Vice-Primeiros-Ministros, se os houver; Ministros de Estado e da Presidência, se os houver; Ministros da Administração Interna, da Justiça, da Defesa Nacional, das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Presidentes dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira; Secretários-Gerais do SSI e do Sistema de Informações da República Portuguesa; Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; Dois deputados designados pela Assembleia da República por maioria de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções; Comandantes-gerais da GNR e da Polícia Marítima, os diretores nacionais da PSP, da PJ e do SEF e os diretores do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS); Autoridade Marítima Nacional; Autoridade Aeronáutica Nacional; Autoridade Nacional de Aviação Civil; Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil; Diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança; e o Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira. (art.º 12.º, n.º 2 da LSI). Participa igualmente nas reuniões do CSSI o Procurador-Geral da República, por sua iniciativa ou mediante convite (art.º 12.º, n.º 4 da LSI).

O SG-SSI funciona na direta dependência do PM, é equiparado a Secretário de Estado (art.º 14.º, n.º 1 e 2 da LSI), e dispõe de competências de coordenação, direção, e controlo das FSS e demais atores do SSI. (art.º 15.º da LSI). Excecionalmente, em situações como ataques terroristas ou catástrofes naturais que requeiram a intervenção articulada de diferentes forças e serviços, estas são colocados sob o comando operacional do SGSSI, através dos seus dirigentes máximos, por determinação do PM (art.º 19.º, n.º 1 da LSI).

O GCS é o órgão especializado de assessoria e consulta para a coordenação técnica e operacional da atividade das FSS, funcionando na direta dependência do PM ou, por sua delegação, do Ministro da Administração Interna (art.º 21.º, n.º 1 da LSI). O GCS é presidido



pelo SG-SSI e composto pelas seguintes entidades: Secretários-gerais do SSI e do Sistema de Informações da República; Comandantes-gerais da GNR e da Polícia Marítima, os diretores nacionais da PSP, da PJ e do SEF e os diretores do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS); Autoridade Marítima Nacional; Autoridade Aeronáutica Nacional; Autoridade Nacional de Aviação Civil; Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil; Diretor-geral de Reinserção e Serviços Prisionais (art.º 21.º, n.º 2 e 3 da LSI). O GCS assiste permanentemente o SG-SSI em todo o leque das suas competências (art.º 22.º, n.º 1 da LSI).

Por Despacho do PM a 25 de fevereiro, foi criada a Unidade de Coordenação Antiterrorismo (UCAT), prevista no art.º 23.º da LSI, a qual reforçou o SSI então em vigor.

A Lei n.º 59/2015, de 24 de junho, procedeu à primeira alteração da LSI. O Decreto Regulamentar (DR) n.º 2/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto no n.º 7 do artigo 23.º da LSI, veio regular a organização e o funcionamento da UCAT.

A UCAT é composta por representantes das seguintes entidades: SG-SSI; Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa; Comandante-Geral da GNR; Diretor Nacional da PSP; Diretor Nacional da PJ; Diretor Nacional do SEF; Diretor do SIED; h) Diretor do SIS; e o Comandante-Geral da Polícia Marítima (art.º 3.º, n.º 1 do DR n.º 2/2016). A convite do SG-SSI, conforme as matérias a tratar, podem participar em reuniões da UCAT representantes das seguintes entidades: Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; Autoridade Marítima Nacional; Autoridade Aeronáutica Nacional; Autoridade Nacional de Aviação Civil; Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil; Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais; Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira; e o Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (art.º 3.º, n.º 2 do DR n.º 2/2016, de 23 de agosto).

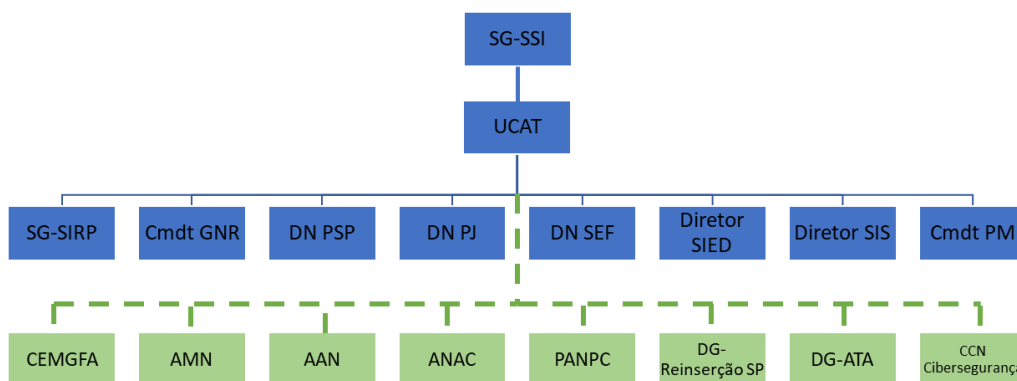


Figura 2 - Composição da UCAT

A UCAT funciona no âmbito do SSI, na dependência e sob coordenação do SG-SSI (art.º 4.º, n.º 1 do DR n.º 2/2016), está projetada para funcionar ininterruptamente, conforme n.º 2 do mesmo artigo, e pode, caso necessário, recorrer à sala de situação do Gabinete Coordenador de Segurança para o exercício das suas funções (art.º 5.º, n.º 2, do mesmo diploma legal). A UCAT é o órgão de coordenação e partilha de informações, no âmbito da ameaça e do combate ao terrorismo, entre as entidades que a integram (art.º 2.º, n.º 1 do DR n.º 2/2016), competindo-lhe a coordenação dos planos de execução das ações previstas na Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT) e, no plano da cooperação internacional, a articulação e coordenação entre os pontos de contacto para as diversas áreas de intervenção em matéria de terrorismo (art.º 2.º, n.º 2 do DR n.º 2/2016).



Apêndice B — *Radicalisation Awareness Network (RAN) Working Groups*

A RAN é estruturada em torno de grupos de trabalho temáticos, impulsionados por um Comité Diretivo, presidido pela Comissão e que inclui os líderes dos grupos de trabalho e do *Centre of Excellence*.

Existem nove grupos de trabalho da RAN (Comissão Europeia, 2018):

- *Communication and Narratives working group* (RAN C&N) - Concentra-se na comunicação on-line e off-line que oferece alternativas ou que contraria a propaganda extremista e / ou desafia as idéias extremistas.
- *Education working group* (RAN EDU) – Incide sobre a necessidade de preparar os profissionais de educação para que possam desempenhar um papel crucial na prevenção da radicalização. O objetivo é aumentar a consciencialização sobre o tema, mas também capacitar e fortalecer a capacidade de lidar com a radicalização em ambientes educacionais.
- *Exit working group* (RAN EXIT) – Versa sobre o processo de mudança de uma mentalidade e/ou ambiente radical para a sociedade dominante.
- *Youth, Families and Communities working group* (RAN YF&C) – Visa envolver e capacitar jovens, comunidades e famílias para apoiar a prevenção da radicalização que leva ao extremismo violento.
- *Local authorities working group* (RAN LOCAL) - Envolve autoridades locais responsáveis pela coordenação de profissionais ao nível local e pela organização do seu trabalho e estruturas multi-agências.
- *Prison and Probation working group* (RAN P&P) - Versa sobre o papel do Sistema prisional e outros atores que trabalhem em prisões no combate à Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo.
- *Police and law enforcement working group* (RAN POL) - Versa sobre o papel das forças de segurança na prevenção da Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo.
- *Remembrance of Victims of Terrorism working group* (RAN RVT) - Versa sobre a utilização do testemunho de vítimas de terrorismo no combate à Radicalização tendente ao Extremismo Violento/Terrorismo.
- *Health and Social Care working group* (RAN H&SC) - Versa sobre o aumento da sensibilização no setor da saúde, interpretando sinais de radicalização e ajudando aqueles indivíduos que possam estar em risco de serem radicalizados.

Apêndice C — Modelos de Radicalização

1. Modelo de Moghaddam

Para explicar o processo de radicalização, Moghaddam (2005) utilizou a metáfora de uma escadaria estreita que leva ao ato terrorista no topo de um edifício. A escadaria para o terrorismo é concebida como tendo um piso térreo e cinco andares superiores, com um comportamento em cada andar caracterizado por processos psicológicos específicos (Moghaddam, 2005, p. 161).

A escadaria leva a andares (níveis) cada vez mais altos, e permanecer num determinado piso depende das portas e dos espaços que a pessoa imagina estarem abertas para ela ou para ele naquele andar. Se uma pessoa permanece num determinado nível, desce ou sobe para um nível mais alto depende de vários fatores. Conforme os indivíduos sobem a escada, veem cada vez menos escolhas, até que o único resultado possível seja a destruição dos outros, de si mesmo, ou ambos (Moghaddam, 2005, p. 161).

No andar térreo encontram-se milhões de pessoas, e aquelas que sentem injustiças e carência encontram-se descontentes, o que as leva a subir ao primeiro andar em busca de soluções. No primeiro andar, procuram formas de melhorar a sua situação e alcançar maior justiça. No entanto, se não veem possibilidades de mobilidade social e não sentem que podem influenciar adequadamente os procedimentos pelos quais as decisões são tomadas, o mais provável é que continuem a subir. No segundo andar, aqueles que mantêm a raiva e a frustração são influenciados por líderes para deslocar sua agressão para um “inimigo”, sendo que os mais propensos a deslocar fisicamente a agressão para os inimigos sobem para o terceiro andar. Aqui, verifica-se um compromisso gradual com a moralidade das organizações terroristas, onde estes indivíduos começam a ver o terrorismo como uma estratégia justificada. Aqueles que mais se comprometem com a moralidade das organizações terroristas e continuam a subir as escadas estão prontos para o recrutamento como terroristas ativos. No quarto andar, ocorre o recrutamento para organizações terroristas, e os terroristas em potencial aprendem a categorizar o mundo mais rigidamente em “nós contra eles” e a ver a organização terrorista como legítima. No último, indivíduos específicos são selecionados e treinados para evitar mecanismos inibitórios que poderiam impedi-los de ferir e matar os outros, e eles mesmos, e os selecionados são equipados e enviados para realizar atos terroristas (Moghaddam, 2005, p. 162).



Figura 3 - Modelo de Radicalização de Moghaddam

Fonte: Adaptado a partir de Out (2013).



2. Modelo de Sageman

Da investigação de campo, realizado na Europa e nos Estados Unidos, Sageman chegou a um processo de radicalização que consiste em quatro pilares: um sentimento de indignação moral; uma interpretação específica do mundo; ressonância com experiências pessoais; e mobilização através de redes. Estes quatro pilares não são estágios de um processo, nem ocorrem sequencialmente. São simplesmente quatro pilares recorrentes neste processo. Este processo é impulsionado por jovens muçulmanos que perseguem sonhos de glória, lutando pela justiça e equidade como eles a definem. São voluntários entusiasmados, tentando impressionar os seus amigos com o seu heroísmo e sacrifício (Sageman, 2007).

O sentimento de indignação moral deriva da perceção de violações morais importantes, como assassinatos, violações ou ações policiais locais. A principal fonte desta indignação tem estado associada ao assassinato de muçulmanos na Bósnia, na Chechénia, na segunda Intifada palestina ou em Caxemira, além das humilhações sofridas por muçulmanos em Abu Ghraib e Guantánamo, bem como ações de polícias locais contra muçulmanos (Sageman, 2007).

Este sentimento de indignação moral deve ser interpretado de uma certa maneira para promover a radicalização. A interpretação comum é que todas essas violações morais globais e locais são exemplos de uma estratégia global ocidental unificada, a saber, uma “Guerra contra o Islão” (Sageman, 2007). Assim, os jovens assumem que o Islão está sob ameaça.

Os dois pilares anteriores só fazem sentido se relacionados com uma experiência pessoal diária. A noção de ressonância traz à consideração os fatores sociais, económicos, políticos e religiosos que constituem a infraestrutura da vida quotidiana. Com experiências negativas, seja a perda de emprego ou a morte de um familiar, a revolta moral e o ataque ao Islão passam a refletir-se no próprio indivíduo, sentindo-se também uma vítima (Sageman, 2007).

Os fatores descritos acima influenciam alguns jovens muçulmanos a ficarem irritados e a extravasarem a sua frustração na Internet. O que transforma muito poucos em terroristas é a mobilização por redes. Até há alguns anos atrás, essas redes eram redes face-a-face. Atualmente, a radicalização pessoal está a ser substituída pela radicalização online, e a interatividade de grupo necessária para mudar as crenças das pessoas é hoje encontrada em fóruns extremistas islamistas na Internet. O mesmo apoio e validação que os jovens usavam para derivar de seus grupos off-line são agora encontrados em fóruns on-line, que promovem a imagem de heróis terroristas, ligam-nos ao movimento social virtual, orientam e instruem em táticas (Sageman, 2007).

3. Modelo de Silber e Bhatt

O modelo de Silber e Bhatt assenta em quatro etapas distintas e com características específicas do processo de radicalização: pré-radicalização, autoidentificação, doutrinação e jihadização.

Este modelo caracteriza-se por: cada fase é única e tem assinaturas específicas; os indivíduos que iniciam este processo não passam necessariamente por todas as etapas, muitos param ou abandonam este processo em diferentes pontos; embora o modelo seja sequencial, os indivíduos nem sempre seguem uma progressão linear; e os indivíduos que passam por todo este processo são muito provavelmente envolvidos no planeamento ou implementação de um ato terrorista (Silber & Bhatt, 2007, p. 6).

A pré-radicalização é a situação de vida dos indivíduos antes de serem expostos e adotarem o islamismo jihadista-salafista como sua própria ideologia. Descreve-se assim o mundo de um indivíduo (estilo de vida, religião, status social, vizinhança e educação) imediatamente antes do início de sua jornada pelo caminho da radicalização. Os fatores facilitadores do processo são: o ambiente: os enclaves de populações étnicas que são em grande parte muçulmanas muitas vezes servem como "santuários ideológicos" para as



sementes do pensamento radical e quanto mais isoladas e puras forem essas comunidades mais vulneráveis são à introdução do extremismo; as características dos candidatos: os indivíduos que são atraídos pelo pensamento radical geralmente vivem, trabalham, brincam e rezam dentro desses enclaves de comunidades étnicas muçulmanas e apresentam características semelhantes: a idade (entre quinze a trinta e cinco anos), pertencem à classe média, apresentam algum nível escolar, têm uma vida e empregos “ordinários” e pouco ou nenhum cadastro (Silber & Bhatt, 2007, p. 22 e 23). No entanto, é importante notar que estes fatores são apenas indicativos. A maioria dos muçulmanos ou convertidos que vivem em áreas carentes, que têm uma crise de identidade ou que se sentem discriminados, não se transformam em terroristas (Precht, 2007, p. 83).

A autoidentificação é a fase em que os indivíduos, influenciados por fatores internos e externos, começam a explorar o Islão salafista, gradualmente afastam-se da sua antiga identidade e começam a associar-se a indivíduos que pensam como eles e adotam essa ideologia como sua. O catalisador para essa “busca religiosa” é uma abertura ou crise cognitiva que abala a certeza de alguém em crenças previamente mantidas e abre um indivíduo para ser recetivo a novas visões do mundo. A crise pode derivar de fatores económicos (perda de emprego, mobilidade bloqueada), sociais (alienação, discriminação, racismo), políticos (conflitos internacionais envolvendo muçulmanos) ou pessoais (morte na família próxima) (Silber & Bhatt, 2007, p. 30).

Espaços ou locais diferentes proporcionam um cenário para a radicalização, oferecendo uma oportunidade de conhecer pessoas de pensamento similar ou servindo como um terreno de recrutamento para os radicalizadores. Lugares típicos são a Mesquita, as escolas, o local de trabalho, as prisões, as atividades desportivas e a Internet (Precht, 2007, p. 84).

O indivíduo é alienado da sua vida anterior e afilia-se a indivíduos com a mesma opinião, que, via dinâmicas de pequenos grupos, fortalecem a sua dedicação ao Islão salafista. Dois indicadores-chave deste estágio de autoidentificação, que sugerem a progressão ao longo do processo de radicalização, são a progressão ou gravitação rumo ao islamismo salafista e a presença regular numa mesquita salafista (Silber & Bhatt, 2007, p. 31).

A doutrinação é o estágio no qual um indivíduo intensifica progressivamente as suas crenças, adota totalmente a ideologia jihadista-salafista e conclui, sem questionar, que as condições e circunstâncias existem onde a ação (jihad) é necessária para apoiar e promover a causa salafista. Um “sancionador espiritual” desempenha um papel de liderança nesta fase de radicalização. O aspecto-chave desta etapa é a aceitação de uma visão do mundo político-religiosa que justifica, legitima, incentiva ou apoia a violência contra os não-islâmicos, incluindo o Ocidente, seus cidadãos, seus aliados ou outros muçulmanos cujas opiniões sejam contrárias aos extremistas. Dois indicadores-chave de que um indivíduo está a progredir ou a passar por este estágio de radicalização são: o afastamento da mesquita onde iniciaram a sua radicalização, à medida que começa a conceber a jihad militante como um objetivo; e a politização das novas crenças, onde as novas identidades baseadas na ideologia salafista levam à transferência dessa visão e mentalidade radical para o mundo real (Silber & Bhatt, 2007, p. 36).

A jihadização é a fase na qual os membros do grupo aceitam o seu dever individual de participar na jihad e se autodenominam como guerreiros sagrados ou “mujahedin”. O grupo começará o planeamento operacional da jihad ou de um ataque terrorista. Nesta fase, as dinâmicas de pequenos grupos desempenham um papel muito mais importante, solidificando e endurecendo o grupo. Os indivíduos vêem-se como parte de um movimento e a lealdade do grupo torna-se primordial acima de todos os outros relacionamentos. Esta fase divide-se



em sub-fases, como aceitação da jihad/decisão de praticar a jihad; treino/preparação; e planeamento de ataque. (Silber & Bhatt, 2007, p. 43).

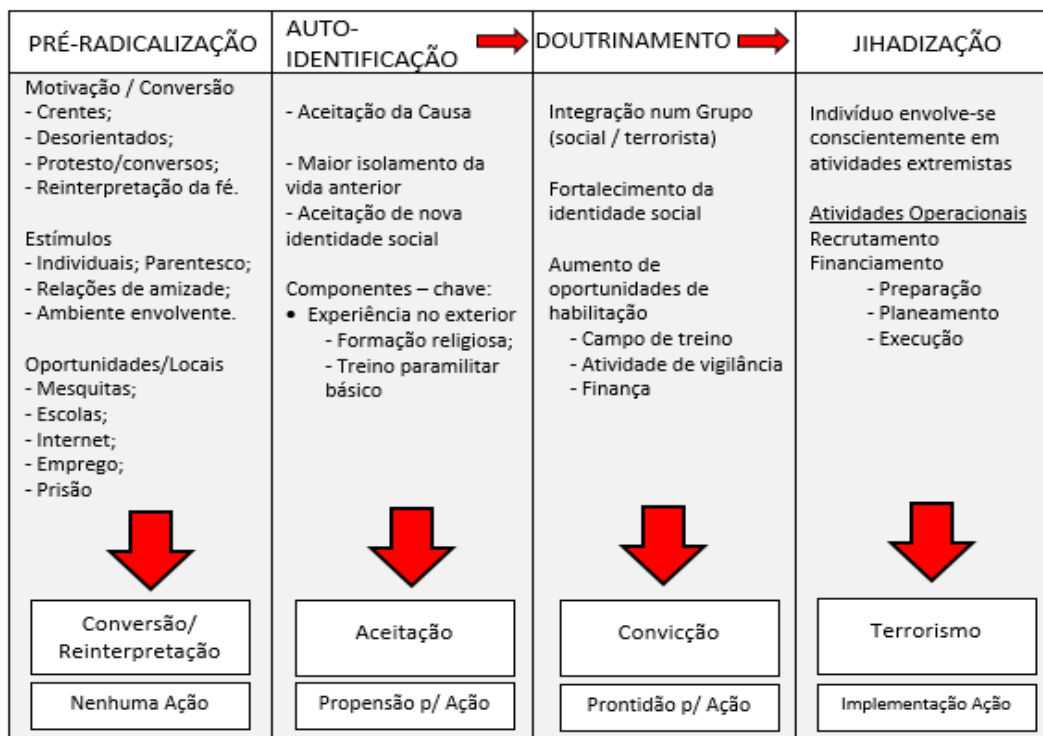


Figura 4 - Processo de radicalização no Ocidente, segundo Silber & Bhatt

Fonte: Adaptado a partir de FBI Counterterrorism Division (2006).

Indicadores específicos de radicalização islâmica são difíceis de identificar, mas a seguinte lista de indicadores pode dar uma ideia de possíveis sinais de alerta de um processo de radicalização. Em particular, uma mudança na atividade religiosa e uma maior identificação com a ideologia radical islâmica podem ser os primeiros passos no processo de radicalização: Pré-radicalização: sem sinais específicos de radicalização; Auto-Identificação: aparência alterada (por exemplo, pelos faciais em crescimento), rejeição gradual do estilo de vida ocidental, uma mudança de personalidade (um isolamento gradual da vida anterior), uma mudança na religiosidade, aumento da participação na mesquita ou grupos de estudo religioso, afiliação com indivíduos que pensam igual; Doutrinação: viagem para um país muçulmano e de preferência uma área de conflito, frequência de acampamento de treino, fortalecimento da identidade coletiva, maior isolamento da vida anterior, reuniões em locais privados, difíceis de detetar, conscientização de segurança; Jihadização: compra de material para fabrico de bombas ou outros meios de terror, execução de teste, reconhecimento, consciente de não atrair a atenção pela forma como se vestem ou se comportam (Precht, 2007, p. 85).

4. Modelo de Wiktorowicz

O modelo de Wiktorowicz identifica quatro processos-chave que aumentam a probabilidade de um indivíduo ser atraído para um grupo islâmico radical e, eventualmente, persuadido a participar: abertura cognitiva (um indivíduo torna-se recetivo à possibilidade de novas ideias e visões de mundo); busca religiosa (o indivíduo procura significado através de um idioma religioso); alinhamento (a representação pública oferecida pelo grupo radical “faz sentido” para o indivíduo e atrai o seu interesse inicial); socialização (o indivíduo experimenta lições e atividades religiosas que facilitam a doutrinação, a construção da identidade e as mudanças de valor) (Wiktorowicz, 2004, p. 1).

Os três primeiros processos são condições prévias necessárias para o quarto (socialização). Se um indivíduo não está aberto a novas ideias, não encontra a mensagem do movimento ou rejeita a mensagem do movimento após a exposição inicial, ele não participará nas atividades do movimento necessárias para disseminar completamente a ideologia e convencer um indivíduo a participar (Wiktorowicz, 2004, p. 1).

A abertura cognitiva deriva de uma crise (económica, sociocultural, política ou pessoal), que abala a certeza em crenças previamente aceites e torna um indivíduo mais recetivo à possibilidade de visões e perspetivas alternativas (Wiktorowicz, 2004, p. 7).

Derivando da abertura cognitiva, surge a “busca religiosa”, um processo no qual um indivíduo procura algum sistema satisfatório de significado religioso para interpretar e resolver o seu descontentamento (Wiktorowicz, 2004, p. 8).

No entanto, a vontade de ouvir e contemplar formas alternativas de ver o mundo, não leva inexoravelmente à união ao grupo. Os esquemas interpretativos fornecem uma estrutura para compreender o ambiente circundante e somente quando há alinhamento entre orientações interpretativas individuais e do movimento é possível o recrutamento e a mobilização (Wiktorowicz, 2004, p. 5). Se o alinhamento não for alcançado e o candidato for cético, ele continuará a sua busca religiosa ou abandonará o processo (Wiktorowicz, 2004, p. 10).

Quando o alinhamento é alcançado, processos mais profundos de socialização podem ocorrer. Durante uma fase inicial de aprendizagem, o indivíduo torna-se um estudante do movimento. A socialização (ou ressocialização) ocorre quando os indivíduos aprendem sobre a ideologia do movimento. Pretende-se que o processo altere os valores do indivíduo para que o interesse próprio seja definido de acordo com os objetivos e crenças da ideologia do movimento. Uma vez que um indivíduo escolhe se tornar um membro, a instrução é direcionada para treinar o novo aderente como líder, organizador e/ou participante em atividades do movimento destinadas a reproduzir a mensagem do movimento e atrair novos seguidores (Wiktorowicz, 2004, pp. 10,11).

Estes processos podem ser definidos como elementos de um funil que sistematicamente reduz o número de pessoas que podem ser consideradas disponíveis para recrutamento e também especifica cada vez mais quem está disponível (Wiktorowicz, 2004, p. 7).

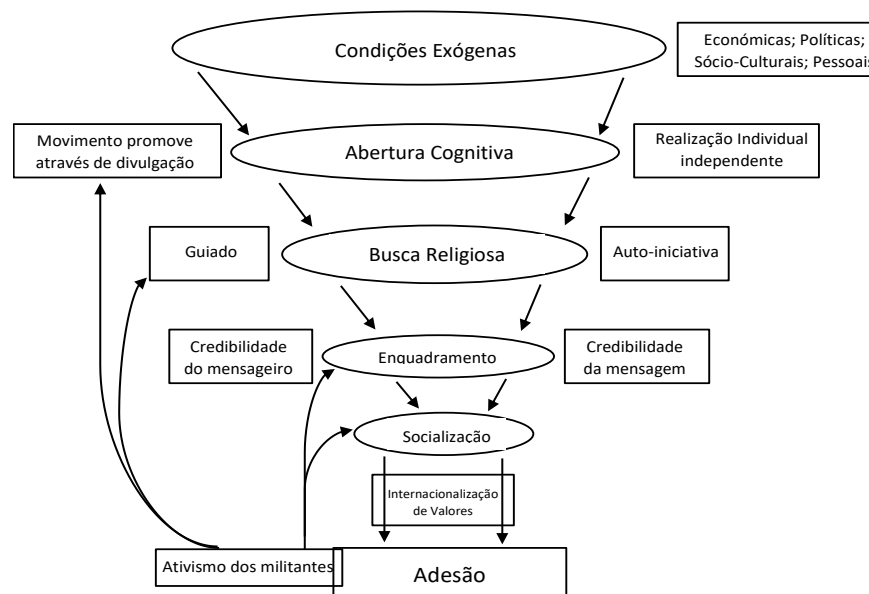


Figura 5 - Diagrama de Wiktorowicz para adesão a um grupo religioso radical

Fonte: Adaptado a partir de Beutel (2007).



Apêndice D — Modelo de Análise

Quadro 3 - Modelo de Análise

TEMA		O papel da Guarda Nacional Republicana face às novas ameaças do terrorismo						
Objetivo Geral		Analisar o papel da GNR no combate e prevenção do terrorismo, nomeadamente analisar a forma como a GNR através do policiamento comunitário pode prevenir a radicalização jihadista.						
Objetivos Específicos (OE)		Questão Central	De que forma o policiamento comunitário efetuado pela GNR se pode constituir como uma medida de prevenção da radicalização jihadista em Portugal?					
		Questões Derivadas		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados	Capítulos
OE 1	Explicar o papel da GNR no combate ao terrorismo, no âmbito do Sistema de Segurança Interna português	QD 1	Qual a posição da GNR no Sistema de Segurança Interna, no âmbito da prevenção do Terrorismo?	Sistema de Segurança Interna	Sistema de Segurança Interna	Diplomas legais	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas	Subcapítulo 1.2.2; Capítulo 2
OE 2	Explicar processos de radicalização jihadista	QD 2	De que forma ocorre a radicalização jihadista de um indivíduo no Ocidente?	Radicalização	Global	Canais de comunicação; Etapas de radicalização	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas	Subcapítulo 1.2.3; Capítulo 2
OE 3	Descrever programas europeus de prevenção da radicalização jihadista	QD 3	Que tipo de programas de prevenção da radicalização jihadista existem na União Europeia?	Programas; Prevenção	União Europeia	RAN POL; CoPRa; Nacionais	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas	Subcapítulo 1.2.4; Capítulo 2
OE 4	Analisar o papel do policiamento comunitário enquanto medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias	QD 4	De que forma o policiamento comunitário se pode constituir como uma medida de prevenção de fenómenos criminais no seio de minorias?	Policiamento Comunitário; Prevenção; Radicalização	Nacional	Sinalização de fenómenos criminais; Informações	Pesquisa Documental Entrevistas semiestruturadas	Subcapítulo 1.2.5; Capítulo 2



Apêndice E — Guião da Entrevista

Quadro 4 - Guião da Entrevista

Nome:			
Função:			
Problemática	Dimensão	Tópicos	Pergunta
A. Ameaça Terrorista em Portugal	Sistema de Segurança Interna Português	Posicionamento da GNR no Sistema de Segurança Interna	1. Qual a importância da GNR no Sistema de Segurança Interna (SSI), com vista à prevenção do terrorismo? 2. Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel da GNR na prevenção do terrorismo?
B. Radicalização	Radicalização Jihadista	Processos de radicalização jihadista	3. Considera que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização? 4. Quais os indivíduos que considera mais em risco de se radicalizarem numa comunidade? 5. Como classifica o grau de risco de radicalização de indivíduos em Portugal?
		Prevenção da radicalização jihadista	6. Como caracteriza, em traços gerais, os programas de prevenção da radicalização jihadista implementados na UE? 7. Existe em Portugal algum programa implementado para prevenir a radicalização? 8. Considera necessária a existência de um programa de prevenção da radicalização concebido especificamente para as Forças de Segurança, em Portugal?
C. Policiamento Comunitário	Prevenção de fenómenos criminais	De que forma o policiamento comunitário se pode constituir como uma medida de prevenção de fenómenos criminais	9. Quais as vantagens do policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais? 10. Considera o policiamento comunitário adequado para a prevenção do fenómeno da radicalização? 11. Considera que a prevenção da radicalização se pode constituir como um programa específico de policiamento comunitário?



Apêndice F — Codificação e análise de conteúdo das entrevistas

Quadro 5 - Problemática, perguntas e segmentos de resposta

Problemática	Pergunta(s)	Segmento de resposta
A Ameaça Terrorista em Portugal	1. Qual a importância da GNR no Sistema de Segurança Interna (SSI), com vista à prevenção do terrorismo?	A.1.1. Imprescindível para prevenção do fenómeno A.1.2. Essencial para recolha de informação A.1.3. Capacidade distintiva
	2. Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel da GNR na prevenção do terrorismo?	A.2.1. Não necessita alterações A.2.2. Necessita alterações
B Radicalização	3. Considera que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização?	B.1.1. Não existem B.1.2. Comunidades de condição social, cultural e economicamente mais frágeis B.1.3. Comunidades isoladas B.1.4. Comunidades de migrantes/refugiados B.1.5. Comunidades muçulmanas
	4. Quais os indivíduos que considera mais em risco de se radicalizarem numa comunidade?	B.2.1. Adolescentes B.2.2. Pessoas frustradas com a vida ou sociedade B.2.3. Desempregados B.2.4. Excluídos nas comunidades B.2.5. Jovens muçulmanos B.2.6. Não se deve efetuar <i>profiling</i>
	5. Como classifica o grau de risco de radicalização de indivíduos em Portugal?	B.3.1. Baixo B.3.2. Moderado B.3.3. Perigoso atribuir grau de risco
	6. Como caracteriza, em traços gerais, os programas de prevenção da radicalização jihadista implementados na UE?	B.4.1. Reduzido número B.4.2. Direcionados a determinado ambiente B.4.3. Programas de sensibilização B.4.4. Positivos B.4.5. Inúteis B.4.6. Iniciativas nacionais B.4.7. Dirigidos a profissionais de primeira linha
	7. Existe em Portugal algum programa implementado para prevenir a radicalização?	B.5.1. Não existe B.5.2. Existe
	8. Considera necessária a existência de um programa de prevenção da radicalização concebido especificamente para as Forças de Segurança, em Portugal?	B.6.1. Não é necessário B.6.2. É necessário
C Policamento Comunitário	9. Quais as vantagens do policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais?	C.1.1. Aumento da resiliência da comunidade a ideologias extremistas C.1.2. Permite trabalhar as informações C.1.3. Relevante na recolha de notícias C.1.4. Envolvimento da comunidade C.1.5. Aumento do sentimento de segurança C.1.6. Útil apenas em comunidades “normais” C.1.7. Melhor conhecimento das comunidades
	10. Considera o policiamento comunitário adequado para	C.2.1. Adequado C.2.2. Não adequado



	a prevenção do fenómeno da radicalização?	
	11. Considera que a prevenção da radicalização se pode constituir como um programa específico de policiamento comunitário?	C.3.1. Sim C.3.2. Não se justifica

Quadro 6 - Análise de conteúdo das entrevistas e segmentos de resposta

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 1	Segmento
Questão n.º 1 -	Qual a importância da GNR no Sistema de Segurança Interna (SSI), com vista à prevenção do terrorismo?	
E1	<i>“Indispensável. Uma peça insubstituível do sistema de combate ao terrorismo transnacional.”</i>	A.1.3
E2	<i>“A Guarda (...) tem (...), a maior capacidade de recolha e tratamento de informações a nível nacional.”</i> <i>“(…) Este aspeto diferencia-nos de qualquer outra força ou serviço de segurança.”</i>	A.1.2 A.1.3
E3	<i>“...é fundamental, nomeadamente tendo em conta a especificidade do campo de actuação e a atribuição geográfica.”</i>	A.1.3
E4	<i>“(…) tem competências de prevenção (...)”</i>	A.1.1
E5	<i>“A GNR assume importância neste quadro (...) que cobrem ou podem cobrir todos os elementos do «circuito terrorista»: apetência-radicalização-ingresso operacional-planeamento e execução de atos de terror.”</i>	A.1.1 A.1.2
E6	<i>“(…) Forças e Serviços de Segurança (FSS) que o compõem desenvolver atividades que permitam a partilha de informações, de formação e de programas direcionados para a prevenção do terrorismo.”</i>	A.1.1 A.1.2 A.1.3
E7	<i>“A GNR integrando o sistema de forças nacional, pela sua polivalência, e capacidade distintiva atribuída pela sua condição militar, considero que é uma das forças que tem grande responsabilidade na prevenção do terrorismo.”</i>	A.1.1 A.1.3
E8	<i>“(…) tem um papel fulcral naquilo que é o SSI, designadamente na “deteção”, “prevenção”, “proteção”, “perseguição” e “resposta”. ”</i>	A.1.1 A.1.2 A.1.3
E9	<i>“Atendendo à dispersão territorial e capacidade de conhecimento e interação com a comunidade, as FS são imprescindíveis na prevenção deste fenómeno (...)”</i>	A.1.1 A.1.2
E10	<i>“(…) muito importante na prevenção do terrorismo (...)”</i> <i>“(…)o seu relevo retira-se das ideias normativas de prevenção ”</i>	A.1.1
E11	<i>“muito importante, em especial na fase inicial de deteção através de notícias.”</i>	A.1.2
E12	<i>“(…) considero que a importância é elevada e única.”</i>	A.1.1 A.1.2 A.1.3
E13	<i>“(…) claramente uma das Forças de Segurança com papel essencial na prevenção do terrorismo (...)”</i>	A.1.1
E14	<i>“Sendo a GNR a FSS que ocupa uma maior malha territorial a importância da mesma na prevenção ao terrorismo é essencial”</i>	A.1.1

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 2	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------



Questão n.º 2 -

Considera necessária alguma alteração legislativa, nomeadamente no SSI, com vista a melhorar o papel da GNR na prevenção do terrorismo?

E1	<i>“...a prevenção ao terrorismo ainda necessita de uma revisão profunda por forma a melhorara a ação interna-externa e a colaboração mais profunda com organismos internacionais”.</i>	A.2.2
E2	<i>“São necessárias algumas alterações legislativas ao nível do SSI...”</i>	A.2.2
E3	<i>“Até ao momento, não.”</i>	A.2.1
E4	<i>“Não. Penso que, ao nível legislativo, não são necessárias alterações.”</i>	A.2.1
E5	<i>“As alterações legislativas passam aqui por um quadro normativo de programas sobre prevenção, deteção e repressão da radicalização tendente ao terrorismo (...)”</i>	A.2.2
E6	<i>“Considero que a legislação atual é suficiente (...)”</i>	A.2.1
E7	<i>“Não. Considero que as atribuições atuais são suficientes.”</i>	A.2.1
E8	<i>“Não vejo necessidade de qualquer alteração.”</i>	A.2.1
E9	<i>“Nada a referir.”</i>	-----
E10	<i>“Pensamos que são necessárias alterações legislativas para melhorar o papel da GNR e dos outros corpos de polícia (...)”</i>	A.2.2
E11	<i>“(...) Creio que a reformulação do papel da UCAT poderia ser mais profundo (...)”</i>	A.2.2
E12	<i>“Não é necessária alteração legislativa. Somente potenciar a legislação existente.”</i>	A.2.1
E13	<i>“(...) a legislação existente tem sido suficiente e adequada (...)”</i>	A.2.1
E14	<i>“Julgo não haver necessidade de alteração (...)”</i>	A.2.1

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 3	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------

Questão n.º 3 -

Considera que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização?

E1	<i>“(...) A xenofobia aumenta quando crescem movimentos migratórios, e este será um outro risco (...)”</i> <i>“(...) O aumento das migrações, a diminuição do emprego, a guetização de comunidades inteiras, etc., agudizam e exponenciam fenómenos xenófobos e racistas.”</i>	B.1.2 B.1.3 B.1.4
E2	<i>“(...) as nacionalidades em que não estão tão bem integradas na sociedade portuguesa (...)”</i> <i>“(...) são as comunidades muçulmanas não falantes do português sobre as quais deve incidir maior monitorização.”</i>	B.1.3 B.1.5
E3	<i>“Considero.”</i> <i>“(...) comunidade migrante originária de países de maioria muçulmana (...)”</i>	B.1.4 B.1.5
E4	<i>“(...) indivíduos pertencentes às segundas, terceiras e até quartas gerações de imigrantes muçulmanos (...)”</i>	B.1.5
E5	<i>“(...) As comunidades sunitas são estatisticamente mais vulneráveis (...)”</i>	B.1.5



E6	<i>“(…) as comunidades de condição social mais baixa são aquelas que estarão mais vulneráveis à radicalização jihadista. (…)”</i>	B.1.2
E7	<i>“Sim. Em especial as mais desfavorecidas.”</i>	B.1.2
E8	<i>“Sim, existem. (….) comunidades mais desfavorecidas, com dificuldades adaptativas e de integração (…)”</i>	B.1.2
E9	<i>“Sim. Aquelas que são social, cultural e economicamente mais frágeis e isoladas (…)”</i>	B.1.2 B.1.3
E10	<i>“Sim, considero que existem comunidades mais vulneráveis à radicalização (…)”</i> <i>“Mas não se pense que estas radicalizações dependem exclusivamente das condições materiais da existência humana.”</i>	B.1.2
E11	<i>“(…) prestaria especial atenção às comunidades migrantes, em especial dos refugiados (…)”</i>	B.1.4
E12	<i>“Sim, todas as comunidades onde sejam percecionadas assimetrias são permeáveis a ideias extremistas e favoráveis à sua difusão.”</i>	B.1.2
E13	<i>“(…) fatores de risco associados à radicalização e extremismos violentos, tais como a intolerância e a discriminação baseadas em critérios étnicos, religiosos, linguísticos, sociais ou outros.”</i>	B.1.3
E14	<i>“(…) todas as comunidades socialmente e economicamente frágeis podem ser utilizadas pelos “recrutadores” para poderem angariar elementos, radicaliza-los e transforma-los em possíveis armas”</i>	B.1.2

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 4	Segmento
Questão n.º 4 - Quais os indivíduos que considera mais em risco de se radicalizarem numa comunidade?		
E1	<i>“Os mais expostos à pobreza, ao desemprego e ao desenquadramento social.”</i>	B.2.2 B.2.3
E2	<i>“(…) que tenham sofrido de uma forte humilhação ou frustração na vida (…)”</i> <i>“Os jovens muçulmanos de dupla nacionalidade…”</i>	B.2.2 B.2.5
E3	<i>“Pertencentes a uma comunidade migrante originária de países de maioria muçulmana, 1as e 2as gerações (que vivam num limbo identitário); sem enraizamento social, integração em comunidade religiosa “normalizada” e, normalmente, com registo de pequena criminalidade.”</i>	B.2.4 B.2.5
E4	<i>“(…) são os problemas de integração e alienação, a procura de identidade e a perceção de injustiças contra muçulmanos em territórios de conflito (…)”</i> <i>“(…) não podemos aqui falar de perfis que nos ajudem a “prever” que tipo de indivíduos terão uma maior propensão para se radicalizar (…)”</i>	B.2.2 B.2.4 B.2.6
E5	<i>“(…) Essencialmente, trata-se de elementos jovens (18-35 anos), com problemas de integração social plena ou reconhecimento (…)”</i>	B.2.4 B.2.5
E6	<i>“(…) são os cidadãos mais novos, especialmente os adolescentes (…)”</i>	B.2.1
E7	<i>“Indivíduos com fraco acompanhamento familiar e com dificuldades em integrar na sociedade em que vivem.”</i>	B.2.4
E8	<i>“Indivíduos alienados de uma comunidade, excluídos, que não comungam dos seus valores e procuram afirmação. (…)”</i>	B.2.4
E9	<i>“Os que associam dificuldades inatas em gerir a frustração a uma tendência para a compensação através da violência (…)”</i>	B.2.2



E10	<i>“(…) são os desinseridos, os que estão fora da ordem jurídica estabelecida (…)”</i>	B.2.4
E11	<i>“os mais jovens, a partir dos 13 anos.”</i>	B.2.1
E12	<i>“Estamos a falar de “terrorism profiling”, abordagem que atualmente não é adotada face ao vetor de ameaça do terrorismo. A abordagem deve ser realizada em contexto.”</i>	B.2.6
E13	<i>“A resposta a esta questão está em linha com a anterior (…)”</i>	B.2.4
E14	<i>“Não existe uma formula mágica para identificar este tipo de indivíduos (…)”</i>	B.2.6

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 5	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------

Questão n.º 5 - **Como classifica o grau de risco de radicalização de indivíduos em Portugal?**

E1	<i>“Baixo, mas não é negligente.”</i>	B.3.1
E2	<i>“Considero que a determinação do grau de risco de terrorismo conduz-nos a uma despreocupação com o fenómeno (…)”</i>	B.3.3
E3	<i>“Médio/Médio baixo.”</i>	B.3.2
E4	<i>“É sempre difícil falar em graus de risco, de animo leve, ou seja, sem termos uma visão integral, com dados detalhadas e devidamente informados sobre aquilo que se passa no país (…)”</i>	B.3.3
E5	<i>“Em Portugal o grau de risco de radicalização destas comunidades é «moderado» (…)”</i>	B.3.2
E6	<i>“Considero que o risco é baixo (…)”</i>	B.3.1
E7	<i>“Reduzido.”</i>	B.3.1
E8	<i>“Não conhecendo em rigor, direi residual.”</i>	B.3.1
E9	<i>“(…) esse risco existe em grau moderado (…)”</i>	B.3.2
E10	<i>“Considero que o grau de risco de radicalização em Portugal é baixo, no momento atual.”</i>	B.3.1
E11	<i>“baixo.”</i>	B.3.1
E12	<i>“Atualmente o nível de ameaça é moderado.”</i>	B.3.2
E13	<i>“Considero que o grau de risco de radicalização em Portugal é reduzido (…)”</i>	B.3.1
E14	<i>“Baixo”</i>	B.3.1

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 6	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------

Questão n.º 6 - **Como caracteriza, em traços gerais, os programas de prevenção da radicalização jihadista implementados na UE?**

E1	<i>“Estão a correr bem, nomeadamente na Dinamarca.”</i>	B.4.4
-----------	---	--------------



E2	<i>“Na maioria dos casos são inúteis (...)”</i>	B.4.5
E3	<i>“Necessários, mas ainda demasiado experimentais.” “Deverão ser melhor aplicados em contexto prisional.”</i>	B.4.2
E4	<i>“(…) focam-se numa determinada realidade/ambiente (...)” “Muitos têm como beneficiários os profissionais de primeira linha (professores, (...), polícias) (...)”</i>	B.4.2 B.4.7
E5	<i>“Não há uma política única nem uma estratégia comum de prevenção da radicalização na UE, mas iniciativas nacionais mais ou menos sucedidas (...)”</i>	B.4.4 B.4.6
E6	<i>“São poucos os programas de prevenção da radicalização jihadista que existem na UE (...) as boas práticas que existem estão direccionadas à comunidade escolar (...)”</i>	B.4.1 B.4.2
E7	<i>“(…) os programas terão pouco sucesso (...)”</i>	B.4.5
E8	<i>“Nada a referir.”</i>	-----
E9	<i>“UE tem, de alguns anos a esta parte, feito um esforço incomparável de sensibilização, formação e coparticipação social para fazer frente a este fenómeno, maioritariamente através da RAN. Julgo que seremos, sem dúvida, a região mundial mais avançada neste domínio.”</i>	B.4.3 B.4.4
E10	<i>“Não conheço com detalhe os concretos programas de prevenção da radicalização jihadista na União Europeia para poder ajuizar sobre eles.”</i>	-----
E11	<i>“desconheço neste momento.”</i>	-----
E12	<i>“Não obstante alguns atentados em solo europeu, os programas de prevenção têm funcionado de forma bastante positiva, impedindo numerosos ataques.”</i>	B.4.3 B.4.4
E13	<i>“Os programas de prevenção adotados são os adequados para a realidade de cada país, não existindo uma solução única para toda a UE (...)”</i>	B.4.6
E14	<i>“Com boa intenção mas com eficácia duvidosa porque cada país é um país.”</i>	B.4.4 B.4.6

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 7	Segmento
Questão n.º 7 - Existe em Portugal algum programa implementado para prevenir a radicalização?		
E1	<i>“Está a decorrer com a UCP Porto (MATE)”</i>	B.5.2
E2	<i>“Um programa idêntico aos congéneres europeus não existe.”</i>	B.5.1
E3	<i>“Ainda muito incipiente. Ausência de um plano efectivo para o contexto prisional.”</i>	B.5.2
E4	<i>“Ao nível nacional, não existe nenhum programa concebido com o objetivo de prevenir a radicalização (...)”</i>	B.5.1
E5	<i>“O mesmo para Portugal, embora exista uma discussão em curso e vários estudos e iniciativas sectoriais dentro de diversos serviços de informações, segurança e defesa (...)”</i>	B.5.1
E6	<i>“Se existe não é do conhecimento público.”</i>	B.5.1
E7	<i>“Não existe em Portugal, um Programa que envolva todas as entidades na prevenção da radicalização. Existe um programa que</i>	B.5.1



	<i>integra iniciativas individuais/institucionais que contribuem para o objetivo da prevenção.</i>	
E8	<i>“Nada a referir.”</i>	-----
E9	<i>“As medidas constantes no Plano Nacional estão neste momento a ser objeto de reflexão. Mas as FS, os Serviços e demais entidades, já vão começando as suas iniciativas internas.”</i>	B.5.1
E10	<i>“Penso que existiram programas parcelares desenvolvidos por certas polícias no domínio da prevenção da radicalização, não se tratando, porém, de programas globais (...)”</i>	B.5.1
E11	<i>“sei que existiam, mas na atualidade não faço ideia.”</i>	B.5.2
E12	<i>“Sim. O Plano de Ação de Prevenção da Radicalização e dos Extremismos Violentos e do Recrutamento para o Terrorismo (PAPREVRT) (...)”</i>	B.5.2
E13	<i>“Existe um Portugal um Plano de Ação previsto da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT) (...)”</i>	B.5.2
E14	<i>“Desconheço”</i>	-----

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 8	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------

Questão n.º 8 - **Considera necessária a existência de um programa de prevenção da radicalização concebido especificamente para as Forças de Segurança, em Portugal?**

E1	<i>“SIM!!!”</i>	B.6.2
E2	<i>“Não. Acredito antes num programa de prevenção da radicalização mais global (...)”</i>	B.6.1
E3	<i>“Considero.”</i>	B.6.2
E4	<i>“Sim, não tenho dúvidas de que é de extrema importância envolver as Forças de Segurança na prevenção da radicalização (...)”</i>	B.6.2
E5	<i>“Uma estratégia nacional de prevenção teria de envolver sectores importantes como o da escola e a dimensão das autarquias, entre outros.”</i>	B.6.2
E6	<i>“Considero que a existência de um programa de prevenção da radicalização jihadista nas FS portuguesas é de extrema importância (...)”</i>	B.6.2
E7	<i>“Considero importante haver o investimento num programa que envolva todas as instituições e a própria sociedade.”</i>	B.6.1
E8	<i>“Suponho que a manifestação residual do fenómeno não justifica um programa específico (...)”</i>	B.6.1
E9	<i>“Não, e os interlocutores da GNR nos grupos de trabalho em que participo também não.”</i>	B.6.1
E10	<i>“Creio que existem programas parcelares, desenvolvidos por certos corpos de polícia, que o tempo já demonstrou que podem ter-se como uma boa prática a replicar (...)”</i>	B.6.2
E11	<i>“creio que não seja necessário.”</i>	B.6.1
E12	<i>“Não. Atualmente decorrem os trabalhos de materialização das medidas do PAPREVRT, as quais já contempla os contributos das FFSS.”</i>	B.6.1
E13	<i>“Considero que as Forças e Serviços de Segurança detêm o conhecimento necessário e adequado para o disseminar pelo seu</i>	B.6.1



	<i>efetivo (...)”</i>	
E14	<i>“Considero necessário além desse que haja um programa de identificação de radicalização (...)”</i>	B.6.2

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 9	Segmento
--------------	-------------------------------------	----------

Questão n.º 9 **Quais as vantagens do policiamento comunitário na prevenção de fenómenos criminais?**

E1	<i>“Área que não sei. Mas parece-me fundamental”</i>	-----
E2	<i>“O modelo de policiamento comunitário traz algumas vantagens em crimes que são cometidos dentro de uma comunidade sem “regras próprias”. ”</i>	C.1.6
E3	<i>“Detenção de potencial ameaça e prevenção: através do contacto com comunidade e da recolha de informação. ”</i>	C.1.3 C.1.6
E4	<i>“(…) permite que se estabeleça entre a população e a polícia uma relação de confiança (...)”</i>	C.1.2 C.1.3 C.1.4 C.1.7
E5	<i>“(…) aquisição de informações úteis (...)”</i> <i>“(…) melhor conhecimento das comunidades (...)”</i>	C.1.3 C.1.7
E6	<i>“(…) os resultados esperados, da implementação do Policiamento de Proximidade/Comunitário, são uma maior resiliência da comunidade a ideologias extremistas (...)”</i>	C.1.1
E7	<i>“(…) ao envolver as instituições locais e as comunidades na resolução dos problemas, permite aumentar a confiança destes para com as forças de segurança, conhecer melhor as comunidades, consciencializar para problemáticas e assim prevenir eventuais comportamentos de radicalização.”</i>	C.1.3 C.1.4 C.1.7
E8	<i>“(…) envolver, de forma proactiva, a comunidade (...)”</i> <i>“(…) o aumento do sentimento de segurança das populações. ”</i>	C.1.4 C.1.5
E9	<i>“O Policiamento de Proximidade é a estratégia policial que permite trabalhar, de forma mais sustentada, as informações provenientes da comunidade (...)”</i>	C.1.2
E10	<i>“Primeiro as pessoas, em regra, depois o Estado, em regra. ”</i>	C.1.4
E11	<i>“muito importante, em especial na recolha de notícias (...)”</i>	C.1.3
E12	<i>“(…) permite a recolha de informação essenciais (...)”</i> <i>“(…) colaboração com a comunidade (...)”</i>	C.1.3 C.1.4
E13	<i>“(…) obter informações adequadas para orientar as suas ações de patrulhamento e visibilidade (...)”</i> <i>“(…) aumentando o sentimento de segurança das populações (...)”</i> <i>“(…) estabelecer uma relação de confiança mútua (...)”</i>	C.1.3 C.1.5 C.1.7
E14	<i>“Mais que evidentes na parte da prevenção e extremamente importantes na resposta (...)”</i>	C.1.2 C.1.3

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 10	Segmento
--------------	--------------------------------------	----------

Questão n.º 10 **Considera o policiamento comunitário adequado para a prevenção do fenómeno da radicalização?**

E1	<i>“SIM.”</i>	C.2.1
-----------	---------------	--------------



E2	<i>“O Policiamento Comunitário nestes casos não funciona.”</i>	C.2.2
E3	<i>“Fundamental.”</i>	C.2.1
E4	<i>“Sem dúvida que sim, uma vez que se trata de um modelo de policiamento que privilegia a proximidade à população (...)”</i>	C.2.1
E5	<i>“(...) é um elemento essencial para constituir uma estratégia nacional integrada (...)”</i>	C.2.1
E6	<i>“Considero que as FS através do Policiamento de Comunitário têm à sua disposição uma das formas mais eficazes para prevenção da radicalização de cariz jihadista (...)”</i>	C.2.1
E7	<i>“Considero que o Policiamento Comunitário é a solução, ao nível das atribuições das forças de segurança, para a prevenção da radicalização, no entanto, não deverá ser a ação única do Estado.”</i>	C.2.1
E8	<i>“O policiamento Comunitário, isoladamente, não atinge objetivos nenhuns. Os modelos de policiamento deverão ser percecionados numa ótica integrada para a prossecução de um fim. (...)”</i>	C.2.2
E9	<i>“(...) não existe melhor estratégia policial para lidar com este fenómeno, que o Policiamento de Proximidade.”</i>	C.2.1
E10	<i>“Considero que o policiamento, sem mais, sem acrescentar o comunitário ou o de proximidade (...) é adequado a prevenir os fenómenos de radicalização (...)”</i>	C.2.1
E11	<i>“sim, em especial na fase inicial de deteção do fenómeno (...)”</i>	C.2.1
E12	<i>“É essencial.”</i>	C.2.1
E13	<i>“(...) um policiamento próximo das pessoas será o adequado para sinalizar situações de pessoas com sinais de se encontrarem em processos de radicalização (...)”</i>	C.2.1
E14	<i>“considero que é mais uma ferramenta para a prevenção.”</i>	C.2.1

Entrevistado	Excerto da resposta à Questão n.º 11	Segmento
Questão n.º 11	Considera que a prevenção da radicalização se pode constituir como um programa específico de policiamento comunitário?	
E1	<i>“Ajuda de certeza absoluta.”</i>	C.3.1
E2	<i>“O Policiamento Comunitário nestes casos não funciona.”</i>	C.3.2
E3	<i>“Considero.”</i>	C.3.1
E4	<i>“Não considero isso necessário, nem desejável.”</i>	C.3.2
E5	<i>“(...) A polícia de proximidade tem de ser feita com elementos da força com conhecimento específico, neste caso, do Islão, da cultura e da língua vigentes nos sítios a policiar.”</i>	C.3.1
E6	<i>“Sem dúvida.”</i>	C.3.1
E7	<i>“(...) as forças de segurança devem desenvolver estratégias policiais para prevenir a radicalização, que poderá ser vertido num programa especial específico.”</i>	C.3.1



E8	<i>“Nesta fase suponho que não. (...) a manifestação residual do fenómeno não justifica um programa específico (...)”</i>	C.3.2
E9	<i>“Não. (...), a dimensão do fenómeno quando associado exclusivamente ao terrorismo e o seu impacto criminal (...) não o justifica.”</i>	C.3.2
E10	<i>“A prevenção da radicalização pode vir a constituir-se como um programa específico de policiamento comunitário (...)”</i>	C.3.1
E11	<i>“eventualmente sim, mas na atualidade não avançaria por esse caminho dado que: a ameaça não merece qualquer preocupação, e em segundo porque pode requerer mais tarefas ou mais efetivos adstritos à tarefa facto que não é possível satisfazer.”</i>	C.3.2
E12	<i>“(...) a prevenção da radicalização deve ser considerada no âmbito dos programas já existentes (...) não sendo necessário criar um programa específico.”</i>	C.3.2
E13	<i>“(...) considero que os programas existentes, com as devidas atualizações, serão suficientes para responder à realidade efetiva do fenómeno (...)”</i>	C.3.2
E14	<i>“Não tenho opinião”</i>	-----